

PELA GREI

REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL
PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR ANTONIO SERGIO	N.º 3 1.º ANO — 1918	SECRETARIO A. REIS MACHADO
----------------------------	-------------------------	-------------------------------

EDITORA : Liga de Acção Nacional
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO : Rua do Salitre, 55, 3.º, Lisboa
COMP. E IMP. NA TIPOGRAFIA DO ANUARIO COMERCIAL, PRAÇA DOS RESTAURADORES, 24

1 de julho de 1918

Em ferro frio?...

«Conhecer as necessidades do País e elaborar o seu pensamento, para depois lho restituir já completo, coordenado e nítido» (conformemente ao nosso programa) é tarefa que se afigura como impossível a muita gente, porque o País — dizem eles, — não sabe exprimir as suas necessidades, nem crê, nem manifesta sinais de vida; porque o nível espiritual é baixíssimo na nossa terra, e nulo o espírito de comunidade nas elites directivas, as quais a bem dizer nem são elites nem governam, limitando-se cada um a «governar-se» quanto pode; e porque ater-se á razão e á independência onde só há cobiça ou sentimentalismo — é como malhar em ferro frio. . .

A isto — e ao mais — iremos respondendo pouco a pouco, juntando ás razões as proprias obras. Devagar as ideas actuam, ás vezes occultamente, como os micro-organismos. Limitemo-nos por hoje a fazer notar que acção se prepara ao mesmo tempo, de maneira que o ferro ha-de aquecer, pelo proprio bater das coisas — pelo proprio bater do aço : havemos ainda de chegar ao rubro. Um turbilhão universal nos arrasta, uma grande labareda num ar esaldante; e dentro mesmo do País alguma coisa existe que sôa subterranea, palpita na sombra, se esparze da noite. . . As elites despertarão. Como? quando? Eis o enigma, que depende delas. Entretanto, trabalhemos por que não seja demasiado tarde, nem demasiado mal.

A SITUAÇÃO ECONOMICA

A Falencia Economica

I — FACTOS E DEDUCÇÕES

Importa menos averiguar a exactidão dos numeros deduzidos do *Comercio e Navegação*, do que a ordem da sua grandeza e a especie dos artigos a que dizem respeito ¹.

A Agricultura não nos deu, por ano da ultima decada antes da guerra, um quinto a metade do trigo necessario para o consumo; e deixou de suprir quasi 40.000 toneladas de milho annualmente: não nos deu o pão. Juntando o arroz, o açúcar, a fava e a carne de vaca, houve um *deficit* medio anual de mais de 10.500 contos em cereaes panificaveis, açúcar, feculentos e carne de vaca — no que é mais fundamental para a alimentação.

Em fibras animaes e vegetaes — lã, seda, linho, algodão — um *deficit* anual de cerca de 6.700 contos; em sementes oleosas e oleos vegetaes cerca de 1.500 contos: isto é, um *deficit* superior a 8.000 contos de materias primas para o vestuario e para os sabões da higiene. As peles e couros para o calçado um *deficit* de perto de 1.700 contos.

A terra florestal tinha dado como media anual da decada um *deficit* de aduelas de perto de 1.000 contos (que não tem baixado senão pela impossibilidade de importação); e se durante a guerra chegou a dar um saldo estatistico, tinha apresentado um *deficit* de madeira de 25 contos, na decada antes da guerra, contando-se em 846 contos a importação de madeira, em media anual na mesma decada. Somando o deficit medio anual de pasta de papel em 278 contos, a terra florestal deixou de nos abastecer de materias primas e productos no valor aproximado de 2.000 contos por ano, antes da guerra.

Os adubos para a agricultura um *deficit* medio anual de perto de 1.200 contos.

¹ *Emenda* — No artigo anterior, a pag. 83 do 2.º numero, deu-se a troca dos titulos das columnas de numeros, devendo a primeira ser encabeçada por *Importação para Consumo*, e a segunda por *Exportação Nacional e Nacionalisada*. Na 5.ª linha a contar do fundo da mesma pag. 83, acrescentar a *de cada ano de 1910 em diante* as palavras (*excepto 1914*). — Tambem a pag. 99, na columna encabeçada por 1913, em vez de 15.963,7 leia-se 10.963,7.

Assim na Agricultura tivemos um *deficit* medio anual na ultima decada antes da guerra de artigos os mais fundamentaes para o alimento, para o vestuario, para o calçado, com a madeira importada e as aduelas para o acondicionamento do nosso vinho, no valor aproximado de 22.000 contos.

A Industria deu-nos nos Fios e tecidos, feltros e respectivas obras um *deficit* medio anual, na ultima decada antes da guerra, de 5.470 contos; e em Manufacturas diversas 3.540 contos; ou um *deficit* de cerca de 9.000 contos. — Se contarmos á responsabilidade da Agricultura a maior parte do deficit da 3.^a classe da pauta — Fios, tecidos, etc. (que em boa percentagem se dispensavam se houvesse as fibras nacionaes), a industria ficaria responsavel apenas por cerca de 4.000 contos de *deficit*, ou seja sómente por um *sexto* ou um *setimo* do valor das materias primas e productos do *deficit* da Agricultura.

Não atendemos aos Aparelhos, instrumentos, etc., que na maxima parte são especialidades industriaes.

Falhos de materias primas e de productos da Agricultura e da Metalurgia, pouco ricos de minerios, com uma industria de producção deficitaria, não admira nada que o nosso Comercio fosse uma miseria.

Assim os grandes ramos da actividade — agricultura, industria e comercio — estavam antes da guerra muito atrazados.

Durante a guerra (sabemol-o todos, e a arithmetica do movimento comercial, e a falta, tantas vezes a carencia quasi absoluta, do que é mais indispensavel nol-o diz), durante a guerra não surgiram iniciativas que trouxessem mudanças notaveis á nossa actividade: nem a Terra alargou e intensificou a sua producção de modo a dispensar-nos dos *deficits* mais fundamentaes, nem a Industria se aparelhou sequer para o abastecimento da Metropole e das Colonias, nem a Frota comercial se fez de rumo para alargar o nosso Comercio.

*

Vejamos as perspectivas para depois da guerra.

A Agricultura caminha para a falencia completa da sua tarefa de nos dar o pão e as materias primas essenciaes para as industrias do vesturio e do calçado.

A alta da tabela dos cereaes não resolverá o abastecimento cerealifero, pela simples razão de que ela não perturba a carencia de carne e de glã, nem altera o arranjo social do Sul, am-

bos factores do alargamento da pastoricia em detrimento do cereal.

Antes da lei fromentaria de 1899 importavamos um quinto a metade do trigo para o consumo; depois de dez anos de favor, um acaso de aneza quasi chegou a abastecer-nos do trigo; mas logo o *deficit* voltou, e agora, como antes da lei fromentaria de 1899, o *deficit* do trigo é de um quinto a metade da producção. Sobre as fundas de vinte sementes e mais, vieram as colheitas de dez e seis sementes, e menos; os salarios foram augmentando até ás exorbitancias d'agora, e a desinteligencia entre o trabalhador rural e o proprietario da terra agrava-se dia a dia; a madeira que se corta e os transportes varios, mais o chamamento ás fileiras, e até a emigração, escasseiam o braço da lavoura. Por outro lado a lã e a carne do gado manadio sobem de preço loucamente.

Ora a lavoura do Sul, salva rarissima excepção, com o regime proteccionista não mudou *integralmente* de processos agricolas, de modo a baratear a producção, por passar a modos de dispensar muitos braços, industrializando, por assim dizer, a cultura cerealifera.

— O que se vae fazer no fim da guerra, no Alemtejo, unica região que pode ser o celeiro do paiz?

Continuar o augmento do gado, alargar o periodo de pousio, limitar o mais possivel o trabalho da charrua.

Trez pastores e trez ajudas (rapazes) *asseguram* no fim do ano mais lucros a guardar gado, do que trinta trabalhadores ruraes, que é necessario aturar ás lufadas com todas as grèves e augmentos de salarios, na cultura do trigo, que só terá de certo a tabela, mas que é um jogo de azar na aneza que virá, tanto mais que não haverá tão cedo facilidade de adubos, e os que ha-de haver terão a mesma incerteza de exito depois, como antes da guerra.

Cultivar tudo menos trigo, alargar a area das pastagens, augmentar o rebanho, será a solução do melhor rendimento individual no fim da guerra, a não se mudar o regime fiscal e social do Alemtejo, e a não se estabelecer uma tabela de preços do trigo tão alta que seja um absurdo e um crime de governo.

E não esperemos que o Noroeste, e as regiões serrana, transmontana, estremenha e algarvia dêem depressa o trigo e os restantes cereaes panificaveis que faltam para o abastecimento: porque nem a terra a isso se presta, nem o meio social-agricola o

permite tambem. — Não darão o alimento que nos costuma faltar, como não darão os restantes artigos do *deficit* normal da Agricultura.

Alargado o pousio do Alemtejo, augmentará notavelmente o gado caprino e ovino; mas tal augmento não cobrirá o *deficit* de carne de vaca, nem acarretará uma baixa notavel na carne e na lã, natural como é que o gado vacum não augmentará no Alemtejo em paralelo com o ovino, que tal aumento será tambem reduzido no resto do paiz, e que, impossivel de augmentar o gado suino pelo desbaste das azinheiras e pelo não cultivo do milho em larga escala no Alemtejo, todo o gado ovino será sempre pouco para suprir com essa carne o nosso consumo no que o outro gado não der, e tambem a importação que a Espanha fizer do Alemtejo, por maior que seja a vigilancia da fronteira.

Em simples evolução, a Agricultura nacional vae á falencia no fim da guerra.

Pode-se tentar (e pensa-se n'isso) a economia das operações do cultivo pelos tractores, pelas charruas polifolias e pela restante maquinaria de maior rendimento.

— E d'ahi?

Fica mais barato o cultivo; mas nem por isso fica assegurado o maior lucro, a não ser com uma tabela elevadissima, parecida com a actual: e tal pauta será um agravamento tão grande do custo da vida, que não haverá modo nenhum de a manter. Que o problema do abastecimento cerealifero não é apenas uma questão de tractores e de economia no trabalho do cultivo: é antes uma questão de afolhamento das culturas e de criação pecuaria, como veremos; d'um equilibrio de economia agricola, e não do exclusivismo fromentario. — E o barateamento pelos tractores e pelos outros maquinismos nem é tão grande, como se tem afigurado, falhos de combustiveis como estamos, e de maquinas e de oficinas para fazermos depressa uma modificação larga e profunda dos processos rotineiros da cultura do Sul (tudo se ha-de comprar em boas £ e bons dollars!), nem é tão facil socialmente, como se possa inferir da simples densidade pequena da população do Sul.

Não. A agricultura nacional que tem, no Alemtejo, andado sempre a tatear a solução do abastecimento do trigo, não nos dará *depressa* e *baratos* no fim da guerra nem o trigo, nem o

milho, nem as fibras, nem a carne, por mais que industrialise o cultivo ¹.

*

Falida a missão da Agricultura na produção do alimento e das materias primas fundamentaes, não vemos como a Industria possa trazer salvaterio á economia nacional.

A Industria, no fim da guerra, nem terá energia, nem materias primas, como não terá trabalho humano, em condições de custo comparaveis ás dos outros povos europeus.

A energia obtivemol-a com o carvão estrangeiro, antes da guerra — mais de 4.000 contos anuaes — e durante a guerra com mais carvão estrangeiro — acima de 8.500 contos em 1915 — e com as nossas reservas florestaes, consumidas a preço elevadissimo. Ora esta solução do combustivel nacional não se pode manter muito tempo; e que se mantenha, não pode dar productos industriaes de concorrência aos estrangeiros — nem sequer de defeza no consumo interno, certo como é que os povos industriaes se armam de energia o mais barata possivel, em que a hidro-electrica toma a primazia e quasi o exclusivo.

Excluida a possibilidade de energia barata em Portugal pelo combustivel, logo depois da guerra, resta-nos a utilização rapida dos recursos hidro-electricos.

Prova-se com extrema facilidade que tal utilização, para ser valiosa á economia nacional, precisa de não estar *como monopolio* na mão de grupos financeiros não nacionaes: precisa de ser feita para os portuguezes, e por isso com superintendencia portugueza.

— Que seja assim.

Eu sei (e podemos todos saber) que a utilização dos nossos melhores valores possiveis hidro-electricos ainda está nas brumas dos sonhos: deficiente o inventario dos recursos, esboçados apenas e em schemas (alguns defeituosos) os sistemas de utilização. E apesar d'isto, fala-se em grupos financeiros de quedas de agua, na caça de valores sonhados apenas. . . Mas que surjam depressa os planos completos das melhores unidades economicas hidro-electricas, e que elas, por uma remodelação da lei e medidas sensatas do governo, sejam concedidas a quem as aproveite em maxima vantagem nacional.

Sem combustivel barato, sem maquinismos baratos e sem educação economica na produção, o cimento, que é a base da

¹ Em artigos especiaes, nos *Remedios da Crise Economica*, desenvolveremos esta tese.

energia hidro-electrica barata nos paizes de verão seco e de rios torrenciasaes, como o nosso, o cimento será tambem, por seu lado, carissimo. E cimento carissimo, metaes caros (que hão-de ser pagos em £ e em dollars. . . em qualquer moeda estrangeira, muito cara para um povo de economia desequilibrada), trabalhadores não adextrados á maquina de perfurar, de britar, de amassar argamassa, de transportar materiaes, de desbistar esquadrias. . . tudo isto a fazer os diques, e as turbinas, e os sistemas distribuidores muito mais caros do que nos outros povos, inclusive a nossa vizinha Espanha, não pode fazer o milagre de nos dar energia hidro-electrica sequer pelo custo da mais cara nos povos de condições climaticas e de fisiografia territorial semelhantes ás nossas. — Que parto da hipotese que vamos ter o senso politico de condensar os recursos hidro-electricos em unidade de concessão não inferiores a 15 ou 20.000 H. P., na estiagem, para poder ser barata; e que *não estabelecemos a concorrência de valores fragmentarios*, mas sim de valores integraes, de concorrência viavel a toda a possibilidade de absorpção *regional*, de modo a não ser nunca provavel um *trust* monopolizador da força, ou ao menos a sel-o só depois d'uma baixa muito consideravel do preço da energia, pelo jogo dos mais directamente interessados na sua utilização ¹.

Mal na energia, se a agricultura não nos der as materias primas fundamentaes, estaremos peor n'estas: o estrangeiro ha-de fornecer-nos d'elas como quizer; e não quererá prejudicar a sua industria para favorecer a nossa. E o operario, com o actual epilogo de educação grevista, acabará de pôr a extrema carestia do trabalho para completar a nossa impossibilidade de concorrer no estrangeiro (nem nas Colonias sequer) á industria do estrangeiro — e só assim, e em grande escala assim, é que a Industria nos poderia dar os recursos economicos com que equilibrassemos a vida, se a Agricultura tal equilibrio não fizer, em solução mais facil, mais rapida e mais segura.

Percamos as esperanças: não será com Manchesters e Sabadells a surgir por encanto da nossa terra de poetas e de bachareis avessos á arithmetica, que se fará a salvação da GREI.

¹ Nota do director da revista. A proposito destas referencias do sr. Ezequiel de Campos ao problema hidro-electrico, lembremos aos leitores as seguintes afirmações do semanario de engenharia *Madrid Cientifico* sobre as quedas do Douro fronteirico, dependentes de Portugal e Hespanha: «Este assunto importa demasiado á Espanha para que se deixe dormir por mais tempo. . . inicie-se uma negociação com Portugal. . . As quedas devem construir-se mediante hasta pública, por conta de ambos os Governos, dividindo-se proporcionalmente os beneficios ou a fôrça.»

O Comercio sem Agricultura, sem Industria e sem Frota é uma chimera: não dará nada.

A Frota!... Pois não sonham alguns que é assim, a fazer navios de madeira pelos processos de Noé quando construia a Arca—a machado, á enxó e á serra braçal—que se pôde fazer uma frota depressa e *barata*?—E sem linho para fazer as velas e o cordame; e sem ferro para fazer as cavilhas do cavername e os gonzos do leme?

Tudo está muito bem (apezar de estar tudo muito mal) durante a guerra. No fim é que surge para nós a guerra: não são os sessenta, ou oitenta, ou cento e vinte mil homens que a guerra, por muito, nos poderá levar, o que deprimirá a GREI; o que nos ha-de aterrar e esmagar é a concorrência feroz da actividade dos outros, dos hegemonicos, á nossa preguiça e á nossa ignorância. Portugal (todo o Portugal que escapar no congresso da Paz) será, como nos versos do D. Jayme, *lauta boda* da finança estrangeira, se não fôr capaz de n'este curto tempo, até ao findar dos tiros de canhão, se preparar para, no mais fundamental da sua vida economica, se tornar independente do abastecimento estrangeiro: e para isso é necessario que a GREI saiba, queira e possa eliminar em dois, em tres anos, pelo seu trabalho agricola, a importação do alimento e das mais necessarias materias primas vegetaes e animaes para o vestuario e para o calçado; e que seja capaz de dispensar a importação de energia, e até de muito ferro e aço dos mais caros.

Ai de nós, se assim não fôr!...

20 de Maio de 1918.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

«A guerra actual é um vulcão no qual todos os elementos da nossa vida estão fervendo sob a crusta, e preparando uma grande erupção em que a velha ordem desaparecerá... Nada impedirá o desenvolvimento da liberdade interior que foi provocado pela guerra: chamo a tal facto a *revolução proxima*, porque julgo que ele será o resultado de uma grande e brusca mudança, e não de uma transição gradual... Achamo-nos á beira de um vulcão industrial. Se não há erupção antes do fim da guerra, porque a grande massa tem ganhos elevados, mas ela reventará depois, a não ser que um espirito novo penetre nos corações dos antagonistas.»

ARTUR SHADWELL.

O Estado contra a Nação

Se alguém de incrível simplicidade caisse em solicitar da minha ignorancia um plano de renovação economica do país, eu, atrevidamente e de pronto esquecendo a propria insuficiencia, logo responderia que essa renovação não carecia de muitas leis, era facil e muito mais objecto de bom senso, character e firmeza de animo do que inspiração de talentos peregrinos, muito mais respeito da GREI e confiança nos seus instinctos do que invenção de recursos miraculosos. Estaria em pouco o problema do ressurgimento e prosperidade economica da nossa terra: — o Estado pagaria gradualmente ao Banco de Portugal o que lhe deve, e o Banco de Portugal, á medida que fosse cobrando esse avultadissimo credito, multiplicaria em larga escala as suas agencias de desconto, levando-o aos cantos mais remotos das provincias, baixando quanto possivel o juro e facilitando o credito, para o que o Estado, nos seus contractos com o Banco, teria o cuidado de lhe deixar uma ampla margem de lucros, sufficiente para que, sem sobresalto dos acionistas nem o menor risco de prestigio e segurança da instituição, o Banco estivesse de continuo precavido contra os prejuizos inevitaveis, e por certo grandes, em semelhante tarefa, na verdade ingente, já pela extensão em que operava, já pela intensidade do movimento a que tinha de sujeitar-se. Quando o país assim tivesse dinheiro, credito e uma liberdade mercantil de que de facto anda privado, não por desamor da lei mas pela pressão das circumstancias, a prosperidade economica da nação era certa e segura. Nada mais lhe faltava para esse fim: nem uma terra abençoada da natureza, susceptivel de cultura e fecundidade, para possuir, dividir e distribuir a qual o codigo civil, com o seu sistema de partilha e herança, é por agora bastante; nem gente que assáz tenha demonstrado no correr de muitos seculos uma energia assombrosa, erguendo-nos fielmente da prostração dos mais profundos desastres; nem iniciativa e capacidade e tenacidade de trabalho que jámais faltaram, e que, aperreados por mil contrariedades no chão patrio, vão corajosamente fertilizar as terras do Brazil e da California ¹.

¹ Particularmente o que se passa com a colonia portuguesa da California, a qual significa já para o país o rendimento de algumas centenas de contos por ano, é a demonstração mais recente e completa da robustez da nossa gente como força econo-

Para uma rapida multiplicação da capacidade economica do país, nada nos falta senão um credito menos esquivo e a canalisação dos capitais disponiveis para um emprego estrictamente reproductivo, e para essa acessibilidade e disseminação do capital temos desde já criado um instrumento adequado e sabidamente eficaz, qual é o Banco de Portugal, que, quando em outra esfera não houvesse desempenhado um papel de activo propulsor da economia nacional, contaria pelo menos no ról dos beneficios a aduzir em justificação dos seus privilegios o de nivelador do desconto, tendo feito que por seu intermedio e pela primeira vez o desconto se alcançasse pelo mesmo preço de Faro até Bragança. Tudo está em que elementos intrusos e contrarios não sobrevenham, impedindo essa admiravel maquina de funcionar em condições normais de liberdade, desafogada da perseguição de um tesouro publico terrivel e insistentemente voraz.

A minha pena, ou talvez o meu contentamento, na recomendação deste elixir economico, é que não me caibam alviçaras pela descoberta. Foi isto muito aproximadamente o que Napoleão pensou e executou na criação do Banco de França. E não será de todo inutil reproduzir e considerar uma pagina de A. Vandal, em que o grande historiador dá conta dos motivos e esperanças do começo dessa instituição, cuja oportunidade e alta concepção estavam destinadas no futuro a juntar-se aos sinais inumeraveis que autorisam a atribuição do genio ao seu fundador.

«Sob o directorio, «diz o livro de A. Vandal», haviam nascido alguns estabelecimentos de credito; um deles, a *Caixa das Contas Correntes*, vencêra provações perigosas e mostrára certa solidez.

«Ora a politica imperial importava-se menos do que se disse com criações novas arrasando o passado; onde encontrasse um germen viavel, tomava conta dele, cultivava-o e desenvolvia-o. Querendo formar um grande estabelecimento de credito, Bonaparte preferiu servir-se de um organismo já existente a construir outro novo de alto a baixo. Todavia, como entendia que tudo se devia mostrar datado do seu consulado, tomou perante o publico a attude e a honra de criar, quando não fazia mais que transformar, renovar e metamorfosear.

«No fim de nivôse do ano VIII, formou-se um Banco de França, com o capital de trinta milhões, dividido em acções; a sua funcção principal seria emitir bilhetes pagaveis ao portador e á vista, e ao mesmo tempo descontar bilhetes do comercio. Simultaneamente, em virtude de previos ajustes, a *Caixa das Contas Correntes* declarou a sua propria dissolução e, por um fenomeno de transmutação, fundiu-se em o novo estabelecimento cuja substancia fez, trazendo-lhe um primeiro capital, um pessoal, um local provisorio, na praça das Victorias, e escritorios. A emissão destinada a completar o

mica. Depois disto, quando consideramos a rapidez e exito do desenvolvimento dessa colonia, inteiramente desajudada da protecção dos poderes publicos, não será porventura illegitimo o suspeitar que não vale muito a pena ter colonias proprias, que custam a administrar e a defender, quando em terra alheia e sem encargos para o país somos capazes de as fundar em condições de todo o ponto felicissimas, sem reclamar do Estado o quer que seja, sómente pelo puro valor da audacia e trabalho do nosso povo.

capital fez-se no publico. Para lhe dar impulso, Bonaparte pôz certa ostentação em ser o primeiro a subscrever, com trinta acções; fez que subscrevessem tambem os seus irmãos, os officiaes, os ministros, o presidente do Senado, todo o governo, de modo que o Estado pozesse estampilha official numa instituição de origem privada e lhe conferisse por adopção uma paternidade imponente.

«Neste tempo de liberalismo provisorio, não se ousou ofender a liberdade absoluta dos bancos e instituições de credito, preconizada pelos economistas da Revolução; alguns bancos continuaram a emitir bilhetes, ao lado daquelle que ia immediatamente collocar-se em uma situação sem igual.

«Bonaparte concedeu-lhe privilegios sem ainda lhe entregar um monopolio. Com uma prudencia na qual havia de perseverar, quis fazer dele um auxiliar e não um órgão do governo, quis ser patrono sem ser regente. Foram os acionistas que votaram os estatutos, elegeram os administradores, organisaram esta republica de capitalistas sob a protecção do primeiro consul. A propria sociedade é que teve de regular o jogo das suas operações, segundo as disposições e as necessidades da praça, condição de exito indispensavel, porque o credito funda-se na confiança concedida espontaneamente e não se decreta. Traço não menos notavel, Bonaparte não exigiu do Banco nenhum serviço immediato, nenhum socorro directo. A sua perspicacia fez-lhe vêr que o principal serviço que o Banco poderia prestar-lhe seria vingar, quer dizer facilitar o desconto e baixar o juro do dinheiro, reanimar por consequencia o espirito de empreendimento industrial e comercial e augmentar a fortuna publica. Este resultado tarde ou cedo e grandemente favoreceria o Estado, facilitando-lhe os movimentos de fundos e operações de tesouraria, terminando deste modo pelo acrescimo seguro do rendimento dos impostos. Bonaparte temia comprometer este progresso atropelando-o; em materia financeira, o seu genio foi uma larga paciencia sobreposta a um optimismo perseverante. Não pedia em excesso ao presente, para melhor libertar e assegurar o futuro.»

Isto se passou em França ha mais de cem anos. Ninguem, porém, de espirito claro deixará de reconhecer que para a nossa situação é modernissimo.

Houve em tempo e na imprensa uma discussão muito interessante entre Antonio de Serpa e Oliveira Martins, á qual uso referir-me bastas vezes, porque, na verdade, muito aproveitei com essa sabatina. Ficou-me de lembrança; tocou, a meu vêr pontos capitais da economia nacional.

Oliveira Martins vinha acudir á miseria industrial do país com o seu protecçionismo, que afinal se tornou lei e ainda hoje vigora na maior parte. Antonio de Serpa, livre-cambista irreductivel e fervoroso, respondia com todos os argumentos comuns do livre cambio, acrescentando-lhes argumentos proprios da nossa situação. As pautas, a seu vêr, só serviriam para tornar tudo mais caro; se não tinhamos industrias e se atrofiavam ou decaiam as poucas que despontavam, era porque não tinhamos capitais baratos, a 3 e 4 por cento, como acontecia na França, na Inglaterra, na Alemanha e nos demais países em que as industrias modernas florescia; e se não tinhamos capitais baratos, não era porque faltasse dinheiro, — muito vinha do Brazil e algum se juntava no continente, era apenas porque no mercado havia um concorrente terrivel, de continuo pedindo e absorvendo quanto dinheiro aparecia, pagando juro superior ao que os particulares poderiam pagar, e alem disso dando garantias que pela

superioridade não podiam comparar-se nem de longe com aquellas que os demais tomadores ofereciam. Esse concorrente era o tesouro publico; era ele o principal responsavel da penuria agricola e industrial. Calcava tudo; não deixava medrar o que fosse.

De forma que a questão financeira tinha em Portugal uma importancia singularissima. Tornara-se primacial, não pelo tesouro que sempre arranjava modo de levar a agua ao seu moinho, ora exigindo por imposto, ora pedindo por emprestimo, ora, muito mais sumariamente, não pagando o que devia. O tesouro sempre achava meio, ou violento ou brando, de se salvar. A Nação é que não descobria resgate possivel da escravidão em que o Estado a atormentava e exauria. Viviamos num comunismo cruel (que aliás Oliveira Martins confessava), absorvendo o tesouro todo o rendimento liquido do País, captando-o muito além do que a boa economia nacional permitiria para se manter vigorosa, e distribuindo o tesouro esse rendimento pelos collegios parasitarios que o cercavam, para aí ser consumida por ultimo, em mestéres absolutamente improdutivos, a riqueza iniquamente e por força arrebatada ao comum. Thorold Rogers, não duvidando de que «muitas vezes os governos, a sua acção, as suas leis e os seus parlamentos fazem mais mal aos povos que todos os inimigos externos, e de que os governantes consideram os seus poderes, não como um mandato mas como um meio de acrescentar a sua fortuna», resolvia a celebrada questão da renda da terra achando que, sendo certo que a cultura, mesmo rudimentar, produz mais que o necessario para a sustentação do lavrador e da sua familia, vinha um terceiro, proprietario, senhor, ou como melhor deva chamar-se, apoderava-se daquela sobra e esta se chamava então renda da terra. Ora em Portugal este processo economico realisou-se em grande escala, com a simples diferença de que o lavrador é o País, o Estado o seu senhor e cobrador da renda, e,— neste ponto é que a calamidade começa, esse senhor não só desbarata e anula para a economia nacional a renda que extorquiou, mas leva a exacção ao ponto de não deixar, muito vulgarmente, ao rendeiro o necessario sequer para continuar a lavoura, è muito menos para a acrescentar como convinha. E é no mercado de capitais que este antagonismo, tão desapiedado como insensato, mais acentuadamente se revela e exerce o seu poder de desgraça, sendo aí que o Estado mais de pronto podia favorecer o interesse publico e a vida e saude fisica e moral da GREI, não por qualquer especie de protecção activa,

mas sómente por esta muito facil que consiste em não a estorvar com exigencias e em lhe respeitar a liberdade e desenvolvimento natural, — isto é, abstendo-se, ao menos no seu proceder financeiro, de agravar a Nação quando lhe falecesse animo e tino para a auxiliar.

O socialismo autoritario não quererá ficar calado na contenda, apontando nos anseios de liberdade, ou, melhor, de organização economica espontanea, o perigo da formação de tiranias capitalistas, vulgares dentro de semelhantes regimes; e, evidentemente, muitos sinais agouram que agitados e longos anos terão ainda de passar antes que os governos de qualquer natureza deixem de ser origem e razão de oligarquias e aristocracias de varia especie, em vez de se criarem e manterem para vantagem e boa ordem da comunidade. Mas ha muito que distinguir na graduação da influencia nefasta das oligarquias; se muitas são um abominavel sistema de odiosa e odiada escravidão, outras, embora ao nascer venham eivadas de longa insinuação de interesses meramente egoistas, com o tempo e sob a coacção das circumstancias morijeram-se e frequentemente se convertem em agentes e interpretes do bem comum. Oligarquias militares eram as dos barões e cavaleiros sob o pendão real que dominavam as sociedades nos ultimos periodos da Idade Media; e oligarquias foram tambem as dos capitães de industria que fundaram as fabricas modernas no fim de seculo xviii e nas primeiras decadas do seculo xix. E de umas ás outras que distancia incomensuravel! Quanto nas primeiras prevaleceu a consciencia da solidariedade das classes que quasi as transformou em hierarquias fraternas, verdadeiras irmandades, abundou nas ultimas uma ferina sanha de cobiças que de todo retalhava a sociedade e a precipitou em batalhas leoninas. Ora as oligarquias capitalistas modernas de tal modo se vêem dependentes do trabalho que fecunda o capital e sem o qual o seu valor se anula, que não será arrojado por demais insensato sonhar um futuro em que a vaidade de possuir e mandar pague mal o encargo de organizar e mandar, e em que então o que foi guarda desapiedado das ambições da casta se transmude em honesto serviço do conforto da GREI. A concepção do capitalista catoniano, pois que santo jámais poderá ser, não é cousa que não caiba num desinteressado e sereno exame da historia e da evolução economica das sociedades modernas.

A SITUAÇÃO INTELECTUAL

O Problema das bibliotecas em Portugal

(Continuado do n.º 1, pag. 60)

Tínhamos visto no primeiro número desta Revista as duas primeiras condições para a transformação a exigir nos serviços da nossa Biblioteca Nacional. Proseguiremos hoje na análise dessas condições.

3.º *Um1 verba muito mais consideravel para aquisição de livros.* O que está é uma vergonha sem nome. Para compra de livros e ainda para encadernações, *para todas as bibliotecas do Estado*, há apenas 3380 escudos! É de quem perdeu todo o decôro intelectual e já não mede bem a diferença que separa os encargos dum povo europeu dos dum simples hotentote. Ora eu não quero estabelecer comparações com a França, com a Inglaterra (British Museum, 100 contos anuais para aquisições), com a Alemanha, com o Brasil, *com a própria Bélgica*, apesar da imposição legal nêsses países de grande publicação e da proximidade de outras grandes bibliotecas dispensarem as suas bibliotecas nacionais de muitissimas compras a que em Portugal somos obrigados, se queremos possuir livros, pois que os que anualmente publicamos mal chegam para satisfazer as curiosidades intellectuais dum simples *lazzarone*¹. Muito menos pretendo comparar os nossos orçamentos com os dos Estados Unidos, onde há bibliotecas que, como a Public Library de Nova York, gastam anualmente em aquisições para cima de 200 contos. Contentemo-nos com países de menos recursos; faremos assim sobressair ainda mais a nossa ignomínia. Stockolmo, compra de livros, 10 contos; Christiania, idem; Copenhague, 6; Turim (já não quero falar em Roma ou

¹ Basta o que entra gratuitamente nas bibliotecas nacionais de Berlim, de Londres, de Washington, de Paris, para as enriquecer sôbre todos os assuntos. O depósito legal faz ali, graças á riquissima literatura daqueles países, o que aqui, devido á nossa escassa e inferior produção, só pode ser feito por aquisições onerosas. Se, por um lado, pois, as nossas condições económicas nos obrigam a menos despesas, por outro lado as nossas condições intellectuais estão a exigir de nós um sacrificio muito mais pesado.

Florença), 5 contos; Aarhus, pequena cidade com 62:000 habitantes, nem sei bem onde, creio que na Jutlândia, mais de 4 contos por ano! Ora aqui teem os nossos nacionalistas um lençol para se limparem: Lisboa abaixo de Aarhus! Venha de lá o hinozito da Restauração...

Perante isto compreende-se cabalmente a nossa situação indecorosa, e que a todas as horas os funcionários da nossa primeira Biblioteca tenham de confessar, humilhados, aos seus leitores, que ela não é isócrona com a marcha das ideias, que é pelo contrário uma paralítica que já perdeu a noção do movimento, e que existe apenas como uma «mentira convencional da nossa incivilização». Póde Robert Browning escrever os seus divinos versos, Swimburne explodir em revoltas ou desfazer-se em melodias, Wordsworth entusiasmar a fria Inglaterra, Paul Verlaine arrastar atrás de si toda uma pleiade de poetas, Novalis criar a «flôr azul», Grillparzer elevar, na Austria, a tragédia á sua maior altura, ou Clara Viebig romantizar a luta épica de 1870, para glória da sua «grande Alemanha». A Biblioteca de Lisboa não os conhece, não tem um único livro seu! Foi inutilmente que De Quincey escreveu os seus paradoxos, que lord Beaconsfield, Russell Lowel, Whalt Whitman, James Bryce, Hérédia, Mallarmé, Arndt, Bodenstedt, se tornaram grandes nas lêtras, que Faraday, Crookes, James Clerk Maxwell, Riemann, Lobatschewsky, Meyer, Clausius, Vant'Hoff, Raoult, Becquerel, Weissmann, Ramon y Cajal, Arrhenius, Bradley, Hertz, Avenarius, criaram a indução eléctrica, a radiologia, a teoria electro-magnética da luz, as geometrias não euclidianas, a termo-dinâmica, a crioscopia, a teoria dos neurones, e fizeram biologia, astronomia, alta sciência; a Biblioteca de Lisboa não os conhece, nem ali se arquiva dêles uma única página! Debalde Fichte, Herbart, Berkeley, Hamilton, Maine de Biran, Dühring, Ardigò, Grote, Lodge, Eucken, Georg Simmel, Cournot, Rauh, Lachelier, Thomas Green, Erwin Rohde, Durkheim, Riehl, Blondel, Royce, Ebbinghaus, e tantos, tantissimos outros, aprofundaram os problemas da vida e do conhecimento; a Biblioteca de Lisboa continuava na sua sublime indiferença pelo que ia no mundo; *Turris eburnea*, na sua immaculada ignorância! Se dos autores passamos aos assuntos é da gente estarrecer de comovido pasmo! Julgamo-nos transportados aos zulús, e apalpamo-nos, a vêr se não traremos tanga... Limitamo-nos aqui ás grandes classes, e ás obras gerais sôbre essas classes. E sôbretudo continuamos a citar ao acaso, positivamente ao acaso. Literatura científica estrangeira de 1900 para

ca¹: mineralogia, psiquiatria, toxicologia, absolutamente nada! Mecânica, só uma obra, a de Manoeuvrier; microscopia, 1, em espanhol. Acústica, sem falar no pequeno volumezinho de Blasera (1879), a última obra é a de Tyndall, na tradução de Moigno; tem toda a actualidade de 1869! Última obra datada de óptica geral a de Cauchy, 1830! E' o que se chama óptica... por um canudo! A astronomia por cá ficou-se em 1891; não andariam mais os astros, meu Deus, depois dessa data?! Em arte militar — nós somos pacifistas! — conhecemos, por junto, Von Bernhardt. Geologia, radiologia, neurologia, duas obras cada. A pobre farmácia parou em 1880; toda a ciência morre de inanição na biblioteca. A eugénica, que só de 1906-1910 déra ao British Museum 17 obras, não deu uma só á Biblioteca de Lisboa. No domínio da filosofia a nossa pobreza atinge os limites do concebível. Nenhum dos grandes movimentos modernos da filosofia deixou eco algum na Biblioteca. Estavamos então imensamente atarefados a catalogar os manuais de Felix Pereira. Revistas importantes para o movimento das ideias, para o movimento social, para o movimento religioso, nem uma só. Não temos um único diário estrangeiro. Em história da filosofia faltam-nos obras tão fundamentais como as de Zeller, Gomperz, Windelband, Ueberweg, e não temos os importantíssimos repositórios doxográficos de Diels! Na própria história literária não somos mais ricos. Basta dizer-lhes que da obra de Petit de Juleville temos o 5.º volume, naturalmente para a conhecermos pelo cheiro. Até sobre a própria especialidade das bibliotecas a nossa indigência é quasi absoluta. Não assinamos uma *única* revista da biblioteconomia, não possuímos o *Journal Library*, o *Centralblatt für Bibliothekswesen*, não temos um só dicionário de marcas de água, faltam-nos os grandes repositórios bibliográficos de Hinrichs, Heinsius, Keyser, Poole, e o catálogo científico internacional da Royal Society de Londres, de universal renome. Não possuímos uma única enciclopédia italiana, o *Brockhaus* alemão é de 1882-87 e a *Encyclopædia Britannica* de 1875-89!

Não, depois disto, se a Biblioteca Nacional recebe todos os dias nas suas salas cêrca de 300 leitores, não é senão porque êsses leitores se enganam na porta e procuram ali, não uma

¹ Não falamos na Coleção Americana (publicações dos Estados Unidos subsidiadas pelo governo federal), valioso repositório que entra na biblioteca pelo serviço de trocas internacionais (Smithsonian Institution), e que está ainda por arrumar e catalogar.

Biblioteca Nacional, mas um gabinete de leitura onde possam compulsar a alta sciência dos manuais escolares e a literatura transcendente dos romances de Richebourg¹. Numa palavra, a nossa Biblioteca, como erudita e nacional, é uma biblioteca absolutamente inutil. . .

4.º *Uma melhor organização, ou antes, pela primeira vez uma organização do depósito legal.* Não poucas vezes acontece que estudiosos se surpreendem ao reconhecerem, com tristeza, que na Biblioteca Nacional não está depositada qualquer obra impressa no país. Eles se surpreenderiam naturalmente de ali encontrarem alguma naquelas condições, se soubessem como está organizado entre nós o serviço do depósito legal. Em primeiro lugar, não há nenhuma sanção legal positiva para as faltas que se cometem, e onde não há sanção, não há, juridicamente, obrigação. Não há mesmo maneira de provar que o dono duma tipografia deixou de remeter os exemplares platonicamente exigidos pela lei; não entregando um certificado ou recibo aos que fazem o depósito, nós tratamos a todos indiferentemente, aos que cumprem a lei e aos que a não cumprem, e portanto nem tal ou tal proprietário de casa impressora pôde provar a sua inocência, nem nós podemos provar as faltas de tal ou tal impressor. Todas as objecções que o pretendessem seriam unilaterais e destituídas de fundamento jurídico. Suponhâmos, porém, que há uma sanção positiva, um meio de prova positivo; mesmo então nos faleceria um sistema tal de fiscalização que nos inteirasse sôbre as tipografias que cumpriam ou não o seu dever. Uma fiscalização séria só poderia realizar-se por meio de empregados que se encarregassem do registo de todas as publicações expostas á venda nas livrarias ou cujo aparecimento fôsse noticiado nos jornais. E' escusado dizer que não há fiscalização de nenhuma ordem, nem assim nem doutra maneira. Numa palavra, não há depósito legal em Portugal, o que existe é uma pura ficção, e os livros que sôb aquela côr são depositados nas bibliotecas beneficiárias não passam de generosas ofertas dos senhores donos de tipografias, cuja benemerência e cujo amor pelas lêtras pátrias temos de comovidamente agradecer.

5.º *Um serviço muito mais completo e acurado de catalogação.* De duas bibliotecas não é a mais rica aquela que tem mais volu-

¹ Note-se que eu digo um gabinete de leitura, e não uma biblioteca popular. Uma biblioteca popular é uma coisa muito séria, que ainda se não conhece em Portugal. O que há é simples caricaturas de bibliotecas eruditas utilizadas por um público de bibliotecas populares. Quem diz por aí que a biblioteca de Lisboa se transformou numa popular, fez dessas bibliotecas uma ideia. . . demasiado popular.

mes, mas aquela que tem mais volumes *utilizáveis*. O sistema mais conveniente de tornar uteis todos os livros duma biblioteca é elaborar um catálogo de assuntos. Uma biblioteca com 100.000 volumes e um bom catálogo analítico de matérias presta mais serviços aos estudiosos, vale realmente mais, como fonte de informações e instrumento de cultura, que uma outra com 1 milhão de volumes que não possua nenhum desses catálogos. Não pecamos, pois, por exagero, antes talvez pelo defeito contrário, se afirmarmos que *um catálogo de assuntos decuplica o valor duma biblioteca*. Não se concebe mesmo um serviço perfeito de aquisição de livros sem esse inventário ideográfico dos recursos duma livraria. E todavia a nossa Biblioteca Nacional viveu até á República no regimen do simples catálogo de autores. Hoje em dia já se estão redigindo ali os catálogos de assuntos de algumas das mais importantes secções ¹, mas quanto há ainda a fazer! e quantos mais obreiros elles exigiriam! E há depois, entre os bibliotecários portugueses, duas tendências opostas, uma que não considera práctico o catálogo metódico e o quereria relegar para o domínio do esquecimento ², outra que considera o catálogo alfabético de assuntos, seguindo nisto a autoridade de Gräsel, como absolutamente irrealizavel ³. Contra estas opiniões exclusivas tenho sustentado que ambos esses catálogos são necessários a uma biblioteca, que cada um satisfaz exigências determinadas da consulta e cumpre a sua função especial. E', de resto, a prática seguida em muitas das principais bibliotecas do mundo. Temos, pois, a fazer, na nossa Nacional, catálogos ideográficos e catálogos metódicos.

Mas há outros catálogos, também essenciais, cuja falta se nota na nossa Biblioteca. Falamos do catálogo iconográfico (de todas

¹ O de sciências e artes, uma das mais vastas secções da Biblioteca, que comprehende já uns 100:000 verbetes, e o de historia, que deve comprehender mais de 20:000.

² Fez-se eco desta tendência, entre outros, o sr. Albino Forjaz de Sampaio, no seu *Relatório sobre a Biblioteca* do Ministerio do Fomento (1912), em que pretende provar os inconvenientes da distribuição metódica pelas asneiras que cometem muitas vezes os catalogadores (pp. 14-15). E', porém, lícito perguntar se, empregando os catálogos alfabéticos, tais asneiras não seriam da mesma forma cometidas. E portanto se não se trata de uma questão de catálogos, mas de uma questão de *catalogadores*.

³ Contra esta opinião há a objectar que não há melhor argumento da possibilidade de uma coisa que a sua realidade. Desconhecem os adversários do catálogo alfabético de assuntos o *Subject Index* do British Museum, os *Dictionary-Catalogues* da América, os catálogos ideográficos da Nacional de Paris e da Mazarina, o da biblioteca de Bruxelas, e o monumental catálogo do *Surgeons' General Office* dos Estados Unidos? (Muito lamento não poder incluir nesta lista o da Academia das Sciências de Lisboa, que é, diga-se a verdade, sejam quais forem noutro campo os méritos do seu autor, incrivelmente mal feito, sem unidade, sem método e sem a verdadeira compreensão do que é um catálogo de assuntos).

as estampas e gravuras, quer em separata, quer incluídas nos textos ou nas portadas, das marcas de impressores, das filigranas do papel, etc.), do catálogo de cartas geográficas (só agora em início); dos jornais e mais publicações periódicas, das obras impressas em determinadas linguas estrangeiras, dos impressores portugueses dos séculos xv-xviii (trabalho essencial para a história da imprensa em Portugal) ¹, etc. Torna-se também urgente a publicação em volume do catálogo de incunábulo, ou melhor, a publicação, desde já, do catálogo colectivo dos incunábulo existentes em todas as bibliotecas portuguesas. E' preciso, numa palavra, fazer sair a Nacional do seu letargo secular, sacudi-la em todos os seus membros, acordá-la para a vida de pensamento e de relação, pois se uma Biblioteca Nacional tem por missão conservar os livros, tem por missão ainda mais alta torná-los uteis. Uma Biblioteca não é um sarcófago do pensamento morto, mas um laboratório da sciência viva.

Mas não basta fazer mais catálogos, é preciso melhorar também a sua qualidade. Os trabalhos da nossa primeira biblioteca devem aproximar-se muito mais daquela exactidão, daquêlles esmero e daquela *fullness* que são de rigor no British Museum e na Library of Congress. Não se podem fazer catálogos perfeitos sem o recurso constante ás fontes bibliográficas, aos grandes repertórios nacionais, que na nossa Biblioteca começam «por não existir». A Biblioteca Nacional não tem o direito de continuar a fazer os seus catálogos como qualquer livreiro de segunda ordem.

6.º *Um outro edificio.* Aquele em que hoje se encontra a antiga Biblioteca Pública da Côrte tem todas as condições menos uma (a quasi garantida incombustibilidade) para o devermos rejeitar como depósito de livros. E' frio, húmido, tenebroso, celular; ali nunca entra o ar e a luz. Já em 1844 o velho José Feliciano de Castilho apontava o mal no seu relatório à cerca da Biblioteca: «Não existe no mundo biblioteca pública desta importância colocada como a de Lisboa. Tudo no convento de S. Fran-

¹ Essa história anda tão mal sabida, que é possível hoje em dia que homens tão abalisados nos estudos bibliográficos, como o sr. Esteves Pereira, digam, como êle o fez na Academia das Sciências há bem poucos dias, que o *Marco Polo*, traduzido e não só impresso por Valentim Fernandes, é a terceira obra impressa em português. A verdade é que o *Marco Polo* é, pelo menos, a quinta obra impressa na nossa lingua. Antes d'êlles estão a *Vita Christi* (1495), o *Vespasiano* (1496), as *Constituições sinodais do bispado do Pôrto*, existentes na Biblioteca Municipal do Pôrto (1497), e o *Regimento da Pestenença*, existente na Biblioteca de Évora (de data incerta, mas com certeza anterior a 1502, data do *Marco Polo*). Por outro lado, na Historia da Imprensa em Portugal no século xvi de Tito de Noronha há erros consideráveis. Estes factos demonstram a necessidade do trabalho bibliográfico que preceituamos.

cisco é, por todos os lados que se considere, impróprio para o fim a que foi destinado... *Devastadora e indecente casa...* E' opinião dos homens práticos que, se daqui não fôr removida quanto antes, a biblioteca nacional, não tardará muitos anos em que dela apenas reste memória» (pp. 124-126). Esta previsão está-se realizando de uma maneira assustadora; os livros morrem em torno de nós; há secções inteiras condenadas, como a de Teologia. Fala-se na construção duma nova sala de leitura, anexa ao actual edificio. Porque não se pensa antes em construir uma nova edificação? Quere o Estado ver desaparecer toda a nossa riqueza em livros, só para não gastar uns 200 contos? Não seria isso obra mais util para o país e mais abonatória de nós todos perante o estrangeiro que qualquer nova estátua na praça pública? Em todas as cidades o Palácio de Leitura, a Biblioteca, é um dos edificios mais belos, mais amplos, mais ricos, mais luminosos. Porque se não canaliza nêste sentido a fatal assistência operária?

7.º *Mais cuidados de limpeza e de hygiene do livro.* Realmente a Biblioteca não parece outra coisa senão um festim dado pela nação á voracidade dos insectos. E' um viveiro de larvas, um pôsto de anobicultura... O *Anobium eruditum* tem entre nós, por êstes vinte anos mais próximos, uma bela lista civil...

8.º *Pessoal mais bem remunerado.* Lá fóra, na América, por exemplo, sabe-se que «the order of importance», numa biblioteca, como escreve Melvil Dewey, é «*first a competent librarian, then the best books, and after those a building*». Di-lo a gente prática de além-mar: acima dos livros e do edificio está ainda o homem, o bibliotecário, um competente bibliotecário! E naturalmente, para ter bons bibliotecários, a primeira coisa que a América faz é pagar-lhes bem. Por isso há naquêle país 158 bibliotecas que pagam aos seus directores entre 2.000 e 4.000 dollars, 20 entre 4.000 e 6.000, 7 entre 7.000 e 8.000, e 1 mais de 9.000 dollars (mais de 14 contos ao câmbio actual)—a Public Library de Brooklyn¹. —Na Europa: director do British Museum: 7.500 escudos anuais; da Nacional de Paris, 3 contos; da Biblioteca Nacional de Madrid... Deixemos falar Fumagalli, em 1894: «Il direttore della bi-

¹ Baseio êstes números na estatística oficial de 1913, publicada em 1915 em *Public, Society and School Libraries* (United States Bureau of Education, Washington). Para se não atribuirem apenas êstes elevados ordenados á liberalidade americana para com os seus funcionários, compará-los-hei aqui com os dos professores de ensino secundário. «The salaries of men teachers in public high schools range from less than \$300 to 3\$500... Their median salary is \$900». (Edward L. Thorndike, *The Teaching staff of secondary schools in the United States*, Washington, 1909, p. 13).

biblioteca nazionale di Madrid... ha 15.000 franchi di stipendio, *lume, fuoco e carrozza, come gli alti dignitari dello Stato!*»¹.

Cá dentro... há, em primeiro lugar, uma questão de ordem geral. Entende-se (e entendem-no homens de espírito lúcido, como os srs. Anselmo de Andrade e Ezequiel de Campos) que o Estado deve pagar mal aos seus funcionários, o que me parece significar simplesmente que o Estado não tem o direito de ser bem servido. (O problema do funcionalismo em Portugal parece-me, pelo contrário, ser êste: melhoria dos vencimentos e redução dos quadros; pensa-se agora em melhorar os vencimentos sem uma redução concomitante do número de funcionários públicos, o que demonstra á evidência, já que o juízo entrou de vêz nas esferas governativas, que descobrimos novamente as minas do Brasil). Há depois, uma desproporção incompreensível entre os honorários dos empregados da Biblioteca Nacional e os das outras repartições do Estado. O director tem 900 escudos, sem *lume*, sem *fuoco*, nem *carrozza*; e de aí para baixo é uma miséria. Como se vê, os bibliotecários portugueses são muito mais patriotas do que os americanos. O pior é que lá o sórdido egoísmo dos bibliotecários faz prodígios de actividade, de *agressive activity*, ao passo que aqui o nosso austero e desinteressado patriotismo faz de nós bibliotecários honorários de bibliotecas que não existem, uma espécie de gatos pingados postos á beira de livros em decomposição.

Há tempo fez-se uma sindicância á direcção da Biblioteca Nacional, como se pagar 900 escudos ao director duma biblioteca dessa ordem não fôsse confessar, implicitamente, que se concede êsse emprego como uma simples sinecura, a que não corresponde nenhuma *função*. O Estado admira-se de que essa Biblioteca esteja no estado mais miseravel. Está no seu direito. Mas deve reservar-nos também o direito de nos admirarmos da sua admiração. A verdade é que um inquérito á Biblioteca Nacional de Lisboa se poderia fazer *à priori* sôbre o simples orçamento geral do Estado.

9.º *Pessoal mais bem habilitado*. Queremos dizer pessoal com competência técnica, com prática biblioteconómica e uma séria cultura; não queremos dizer pessoal de homens de lêtras... Pelo contrário, é preciso considerar, duma vêz para sempre, o lugar de director duma Biblioteca, não como prémio de trabalhos literários, mas como função especialíssima que exige uma competência deter-

¹ *Op. cit.*, p. 309.º

minada, como a de engenheiro, a de agrônomo, a de condutor de máquinas. Para o desempenho destas funções, o literato está talvez menos indicado do que qualquer outro: 1.º porque, absorvido pelos seus trabalhos literários, mal dedica alguma atenção á biblioteca; 2.º porque, considerando o seu lugar, não como o exercício duma função necessária, mas como uma retribuição de trabalhos anteriores, não se crê mesmo obrigado a fazer coisa alguma. Em todos os países se fez já a experiência do homem de letras como dirigente de bibliotecas, e essa causa está julgada. Não é preciso levar as coisas ao descaravel exagero de Mark Pattison, que escrevia: «The librarian who reads is lost», ou ao de Tedder, que substituiu essa máxima por esta outra: «The librarian who writes is lost». Basta aceitar as vistas do falecido administrador honorário da Biblioteca Nacional de Paris, o ilustre Léopold Delisle: «Bien des gens s'imaginent qu'un poste de bibliothécaire est une sorte de canonicat littéraire, et il est généralement admis dans le monde que, pour être bibliothécaire, il suffit d'avoir le goût des livres et une certaine culture intellectuelle... On ne saurait trop répéter que la profession de bibliothécaire demande des aptitudes spéciales... *Aujourd'hui un apprentissage est aussi indispensable pour administrer une bibliothèque que pour conduire un bateau*» (*Congr. Intern. de Paris*, 1900, p. 62). «Si en quelque autre temps — escreve por seu lado E'douard Thierry, administrador da Biblioteca do Arsenal em Paris — la place de bibliothécaire a pu passer pour une sinécure, si c'est ainsi qu'elle e été également considérée par le Ministre qui l'accordait, et par le candidat qui l'avait sollicitée, comune une autre forme de la pension de l'homme de lettres et du savant, comme une retraite honorable, *otium cum dignitate*... , ce temps-là n'est plus, la fonction du bibliothécaire est une fonction laborieuse, il faut bien qu'on le sache, afin d'éviter de regrettables malentendus...» (*Bull. des Bibl. et des Arch.*, 1885, p. 182). Por isso nenhum dos grandes bibliotecários americanos, um Dewey, um Cutter, um Schwartz, um Spofford, um Poole, um Putnam, foi escolhido para dirigir bibliotecas por ser um grande escritor, mas sim por ter atrás de si uma séria prática bibliotécnica. Em Portugal, pelo contrário, onde não há lições, por mais eloquentes, que alterem o nosso modo de pensar e de viver, imagina-se ainda que a competência para fazer catálogos é a mesma que para fazer sonetos.

Isto pelo que se refere ao director. Pelo que toca aos seus subordinados, seria para desejar que nenhum dêles fôsse admitido a essas funções sem que préviamente tivesse recebido uma edu-

cação profissional adequada e se sujeitasse a um estágio de alguns meses na própria Biblioteca. Mas a questão da educação profissional do bibliotecário é muito complexa. Não há educação profissional sem profissão, e não haverá profissão bibliotecária em Portugal enquanto as diferentes bibliotecas do país (incluindo as municipais e das sociedades científicas e literárias) não exigirem aos seus funcionários um diploma de estudos biblioteconómicos. Enquanto isto se não conseguir, pôde-se decretar entre nós a mais maravilhosa reforma de educação bibliotecária, que ela não passará do papel.

10.^o *Desvio da frequência popular.* Este ponto é quasi uma imposição* da opinião erudita. Mas como realizar êsse desvio? Pelos processos negativos e de arrôcho, preceituados pelo antigo director Xavier da Cunha¹, e que tanto se coadunam com os nossos velhos hábitos de asfixia e de *purificação* — coartar, impedir, fechar o acesso, proibir, suprimir? A verdade é que se não destrue senão o que se substitue. As necessidades de informação técnica e didática e até as próprias necessidades de distracção são necessidades perfeitamente legítimas, que má política seria não satisfazer. Se até agora a nossa Biblioteca Nacional se tem occupado em serviços para que não foi criada, é simplesmente porque não appareceu ainda em Lisboa o órgão adequado a desempenhar essas funções. *O desvio da biblioteca nacional da sua frequência popular só pôde ser efectuado pela criação duma biblioteca popular.* Como criá-la? Fundindo numa só grande Biblioteca todas as bibliotecas municipais de Lisboa; concedendo o Estado, a essa Biblioteca assim formada, uma verba consideravel para novas aquisições de livros; e estendendo a ela também o direito de depósito legal. Como produzir a diferenciação na frequência das bibliotecas eruditas e desta biblioteca popular? Os principais meios consistem numa maior liberalidade de empréstimos da parte desta última, e numa deferenciação profunda no serviço de aquisições. A Biblioteca Nacional deve adquirir de preferênciam as fontes, as obras teóricas, os monumentos da literatura e do saber; a Biblioteca popular as obras de applicação, os guias, os almanques, os anuários, os directórios, os compêndios e manuais, os romances e comédias populares, os jornais estrangeiros. Eis o único processo positivo e inteligente de conseguir o desvio que vem sendo reclamado. Tudo quanto isto não fôr é fazer resuscitar a alma de Pina Manique no velho casarão de S. Francisco...

¹ «Abençoadas restrições e abençoadas proibições» (*Bolet. das Bibl.*, 1905, p. 145).

Eis as reformas a exigir nos serviços da nossa primeira biblioteca ¹ para que ela cumpra a sua alta missão cultural, para que ocupe o lugar que lhe compete entre as instituições intelectuais do país, para que, pela primeira vêz, seja, *de verdade*, uma Biblioteca Nacional, com objectivos nacionais, com ligações nacionais, com uma elevada finalidade nacional. Não cremos que essas reformas se venham a realizar tão cedo, porque neste país de revoluções ainda está por fazer a verdadeira Revolução. Vivemos a imitar aqueles que combatemos; odiamos-nos reciprocamente, mas, no fundo, somos todos correligionários. Ainda há pouco ouvimos troar o canhão porque não havia verdade, nem liberdade, nem competência. E o que vemos? Que o critério de verdade e de liberdade continua a ser unilateral, que tudo prosegue no mesmo regimen de imprensa consentida, no mesmo regimen de ficções, no mesmo regimen de incompetências petulantes e ambiciosas. Vejo bem que isto não é o democratismo, porque são os seus centros que se encerram e os seus jornais que se suprimem; mas, «cidadãos», se isto não é o democratismo, está também no polo oposto da verdadeira Democracia. Não creio, pois, pela minha parte (e oxalá os factos me desmintam) em melhoria de vida política, e os actos que se praticarem nas bibliotecas não serão mais que retaliações políticas ou simples pirotecnica legislativa. Seja como fôr, pensam uns rapazes bem intencionados e esclarecidos em agitar a opinião pública, de maneira a exigir aos nossos governantes uma reforma completa do nosso sistema de instrução. E eu pergunto se é possível uma reforma cabal da instrução sem uma reforma paralela das bibliotecas. E vice-versa: se é possível uma reforma completa das bibliotecas sem uma reforma da nossa educação primária. (Creio que não pôde haver em Portugal bibliotecas populares de acção verdadeiramente fecunda emquanto não incluirmos uma lingua estrangeira na instrução elemental) ². E' bom, pois, que êsses rapazes compreendam que convém também meditar devidamente o *problema das bibliotecas em Portugal*.

Fevereiro de 1918.

RAÚL PROENÇA.

¹ Não me refiro ás questões mais especialmente técnicas, realmente duma importância transcendente, mas que seriam descabidas num artigo desta natureza.

² E' possível haver bibliotecas de distracção, mas não bibliotecas que constituam organismos de informação ou um prolongamento da educação escolar.

A SITUAÇÃO MORAL E SOCIAL

A escola portuguesa, órgão parasitario; necessidade da sua reforma sob a idea directriz do trabalho produtivo

I

Se eu preguntasse aos estudantes da Federação ¹ o que é um parasita, os de sciencia responderiam, naturalmente, que o verdadeiro parasita é um ser vivo que se nutre á custa de outro em que se instala, causando a decadencia do hóspede e a sua propria (porque o parasita genuino, não o esqueçamos, é vítima do seu proprio parasitismo); aqueles estudantes de letras que tivessem o gosto da sociologia e do moderno responderiam provavelmente que parasita é quem consome sem produzir, e que um órgão parasitario é o que se desenvolve com prejuizo do organismo de que faz parte; tirando o seu lucro, não dos serviços que presta ao organismo, mas dos males que lhe produz ou que lhe agrava, de maneira que prosperidade e função do órgão significam para o conjunto doença e calamidade (sendo antagonicos, portanto, os interesses do órgão e os do todo) — quando, em circumstancias normais, cada órgão deve funcionar em beneficio do todo organico, de modo que o seu desenvolvimento seja correlativo de um bem, de um desenvolvimento do organismo, e o seu lucro seja um premio de um serviço por ele prestado; e finalmente os estudantes de letras filologos, os amadores da Antiguidade, recordar-se-hiam talvez de que parasitas eram, na Grecia antiga, cidadãos a quem o Estado sustentava, dando-lhes o direito de comerem nas refeições do Pritaneu. Os parasitas desta especie constituem, portanto, uma casta privilegiada, subtraida ás necessidades que são a causa mais geral da concorrência entre os homens, do seu esforço progressivo, do seu trabalho de aperfeiçoamento.

Pois bem: cada uma destas respostas indicaria uma parte do que quero exprimir quando digo que a escola, em Portugal, é um

¹ Estes artigos reproduzem parte de uma conferencia feita a convite da Federação Academica na sala «Algarve» da Sociedade de Geografia.

orgão parasitario. E' um órgão parasitario porque está organizada de tal forma que explora os vicios nacionais, vitimando-se a si propria, ao mesmo tempo, na pessoa do seu professor; é um órgão parasitario porque agrava os males de que ela vive, prejudicando os estudantes, que vão, por seu turno, prejudicar a sociedade; e finalmente, tende a constituir os professores numa casta (refiro-me á escola official) dando-lhes uma situação economica mesquinha, mas subtraindo-os á concorrência que conduz ao aperfeiçoamento. Pagando-lhes sempre pouco, condena-os á inferioridade economica; subtraindo-os á concorrência, tira-lhes o incentivo para o progresso do seu espirito. Pelo criterio da preguiça usitana, esta segunda circumstancia é uma compensação para a primeira: recebe-se pouco, sim, mas há a promoção garantida, sem necessidade de aperfeiçoamento; todavia, á luz do verdadeiro bem, individual e social, ella é uma segunda calamidade que se vem acrescentar á precedente.

Dizendo isto, não esqueço os esforços de alguns benemeritos para melhorar o ensino superior; pelo contrario: são esses benemeritos quem mais tem sofrido e denunciado a energia do parasitismo, quer sob a forma professoral (tendencia do professor a ser um mecanismo burocratico) quer sob a forma estudantil (tendencia do estudante a anichar-se na burocracia): o professorado é um pretexto para viver do orçamento, sem produzir; o diploma é um simples meio para vir a comer do orçamento, sem produzir ¹. E' que o parasitismo da escola não é mais do que um aspecto e uma consequencia do parasitismo geral da sociedade portuguesa. Todos os órgãos desta sociedade (sobretudo os que se relacionam com o Estado) nos aparecem pervertidos pela psicologia parasitaria das nossas classes dirigentes. Na realidade dos factos, nós, os Portugueses cultos, não encaramos as instituições do Estado como órgãos que se subordinam aos fins naturais dessas instituições; para a nossa consciencia efectiva (consciencia de pretendentes ou de oligarcas) as escolas, por exemplo, não existem para educar; as obras publicas, para serviço e comodidade de todo o publico; os bancos, para fazer progredir as fôrças vivas e frutificar a riqueza nacional. . . Não; a nossa tendencia espontanea é transformar as instituições portuguesas em simples pretextos, cujo fim verdadeiro se resume em sustentar umas certas castas (ou de parasitas modestos, ou de potentados oligarcas) subtraindo a gente culta (e os

¹ Falo da generalidade; não nego as boas vontades que vão aparecendo, muitas...

clientes da gente culta) á concorrência natural e ao esforço progressivo. Suprimir a concorrência: eis o princípio que domina tudo, desde os estatutos universitários até ás pautas das alfandegas. Quer isto dizer que a vida economica é em grande parte artificial, sustentando-se do mais exagerado proteccionismo que há no mundo; quer isto dizer que a sociedade é um círculo de parasitismo. Por isso afirma o sr. Anselmo de Andrade que «a industria, a agricultura e o commercio vivem menos dos alentos próprios que da fôrça que lhes empresta o Estado á custa de nós todos, porque todos nós somos o Estado». O papel das instituições portuguezas é destruir as condições normais, saudaveis, tonificantes, do viver de uma sociedade, criando assim uma falsa elite, uma elite regressiva, á custa dos produtores resignados da camada média e do povo miudo, — e á custa, tambem, das futuras gerações; em vez de factores de fomento, elas são, na realidade, factores de esterilização; são eixos em torno dos quais turbilhona, logicamente, uma roda-viva de jogatina colossal: joga-se nos chefes politicos, nos partidos, nas revoluções, nas empresas novas e nos papeis de crédito; joga-se sempre e joga-se tudo, — umas vezes em cheio e outras vezes de cavalinho...

Ilustremos a tese com alguns exemplos.

Que é o Estado em Portugal? Um coordenador de actividades? De maneira nenhuma. E' simplesmente o grande órgão do parasitismo lusitano, o meio pelo qual todos, ou quasi todos, procuram viver á custa de todos. Desenvolve-se na proporção das calamidades nacionais, e é perfeitamente simbolizado pelos ministros que se lamentam... nos anos em que as colheitas se anunciam boas¹. Um bem para a Nação é um mal para o Estado; os seus interesses são antagonistas: quando todos nos alegramos, como Nação, todos devemos entristecer, como Estado. O parasitismo é paradoxal, e essencialmente contraditorio.

Entretive-me um dia a comparar o nosso país com os países europeus de população igual á nossa, ou inferior (como a Holanda, a Belgica, a Dinamarca, a Suecia, a Noruega, etc.) pelo que respeita ás relações entre o movimento commercial (soma das importações e das exportações) e o orçamento do Estado (soma das receitas e das despesas do tesouro publico). E achei êste facto extraordinario: ao passo que naquelloutros o movimento commercial é muito superior ao orçamento, no nosso o orçamento dá uma

¹ Percebe-se o raciocínio d'esses ministros: boas colheitas, menos trigo a importar; menos trigo a importar, menos impostos nas alfandegas...

soma superior ao commercio do País: o Estado recebe e paga, cada ano, mais do que o País compra e vende. O Estado apparecia desta forma instalado na Nação como uma cabeça monstruosa, — colossal, congestionada, — sobre o corpo de um pigmeu; e o phenomeno é de tal maneira inverosimil que expondo-o eu a um commerciante me declarou ele que havia engano, com certeza, porque situação tão absurda era um redondo impossivel. Pois o impossivel é o real.

Formula-se com mais rigor a anomalia confrontando os numeros do commercio externo — que significam a riqueza economica e a vitalidade da Nação — com os orçamentos de despesa, representantes, êsses, do que cada Nação pede ao Estado para poder existir como tal, ou, por outras palavras, do auxilio que pedem todos, a todos, dentro da mesma comunidade. Esses confrontos foram feitos por um illustre economista, que se exprime nos seguintes termos:

«Emquanto na Suissa, na Holanda, na Belgica e na Dinamarca, que são os países mais comparaveis ao nosso em área e população, não chega o orçamento da despesa dos Estados a representar 12 por cento da respectiva riqueza economica, em Portugal representa 67 por cento. E' o orçamento que aqui supre tudo, porque é tambem ao orçamento que todos se acolhem nêste país, onde o emprego público é o destino comum, a aspiração geral e o derradeiro refugio de quasi toda a gente 1.»

Este paradoxo portugêes encontrei-o representado de outra forma num relatorio do nosso ministro em Washington:

«A tremenda desproporção entre os encargos que tem de suportar o habitante de Portugal e a sua reduzida força productiva chama desde logo a atenção.

O encargo anual da divida é quasi igual á cifra da exportação: em nenhum outro país monta sequer a metade: só na Espanha, Servia, Bulgaria e Russia chega mesmo á quarta parte dessa cifra.

O Portugêes paga de contribuições duas vezes o que exporta: não ha outro país onde a capitação do imposto seja sequer igual á da exportação, excepto na Italia onde a excede ligeiramente e, aparentemente apenas, naqueles países, como a Alemanha e a Austria-Hungria, onde circunstancias especiais viciam fundamentalmente a comparação estabelecida no quadro.

Tomando como termo de comparação a capitação do Portugêes quanto á exportação e ao imposto, apresenta-se da fórma seguinte o quadro do que cada um vale economicamente e do que paga nos diferentes países:

	Equivalente economico	Imposto
Portugêes	1	1
Holandês	26	1
Belga	13	1,3
Suisso	9	0,69
Inglês	7	1,4
Francês	4	1,5
Espanhol	1,3	0,74
Americano	3	0,73

¹ ANSELMO DE ANDRADE, *Portugal economico*, I, p. 264. e

Quer dizer: economicamente um Holandês vale 26 Portuguezes e paga como 1; um Inglês vale 7 Portuguezes, paga como 1,4; um Francês vale 4 Portuguezes e paga como 1,5, etc.

De tudo isto se conclue que o Português produz pouco, paga muito, deve muitissimo.»

Sabemos pois que o Estado português arranca muitissimo ao País, em relação á sua capacidade economica. Vejamos agora que applicação tem essa soma exageradissima que ele exige dos Portuguezes. Vai dizê-lo outro economista, numa pagina de um trabalho sobre o *Problema Financeiro*:

«As despesas dos serviços públicos podem ser classificadas em três grandes categorias:

- 1.º Juros e amortizações da dívida pública;
- 2.º Despesas da soberania do Estado, compreendendo defesa nacional, representação exterior, policia, justiça, estatística e percepção de impostos;
- 3.º *Despesas do Estado com os serviços feitos aos particulares*, compreendendo as rubricas: instrução, saude, assistencia, obras publicas e minas, agricultura, commercio, indústria, caminhos de ferro do Estado, portos, correios, telegrafos e turismo.

Estas três categorias de despesa acham-se, no orçamento português e na média dos orçamentos europeus, distribuidas da seguinte fórmula:

		Percentagem em Portugal	Percentagem média nos outros países
1.ª Dívida pública	32.042:922\$	43,2 0/0	21 0/0
2.ª Soberania	27.049:212\$	36,3 0/0	42 0/0
3.ª Serviços	15.189:423\$	20,5 0/0	37 0/0

A terceira categoria das despesas é a que compreende todos os dispendios que caracterizam a civilização moderna, como: uma instrução publica largamente espalhada; os serviços de saude e de higiene cada vez mais aperfeiçoados; a assistencia a todos os desprotegidos sociais; uma larga protecção á industria, commercio e agricultura; os serviços de obras publicas, minas e comunicações. Para tudo isto Portugal dispende apenas 20,5 por cento do seu orçamento, pouco mais de metade do que, em média, dispendem os outros países, que é de 37 por cento. A reduzida percentagem que consagramos a esta categoria de despesas, tão discriptiva da vida social moderna, dá a impressão que Portugal está no estado que apresentavam os países civilizados europeus em 1870. O nosso orçamento diz-nos, pela sua linguagem numérica, que Portugal está 40 anos atrasado da moderna civilização...

A análise que fizemos foi, por assim dizer, em volta dos diversos serviços, mas se os estudarmos intimamente ainda o nosso atraso se revela mais. A terceira categoria de despesas tem, nos orçamentos modernos, uma tendencia a avolumar a verba destinada a *material* em relação á que se destina a *peçoal*, o que se explica facilmente: para as escolas, pela substituição dos metodos livrescos pelos metodos experimentais; nos serviços de saude publica, pelo emprego progressivo dos desinfectantes e trabalhos de laboratorio; na protecção á agricultura, commercio e indústria, pela necessidade crescente de ensaios e estudos experimentais. Vamos ver como em Portugal se distribue a verba orçamental por estas duas especies de despesas:

Serviços	Pessoal	Material
Saude publica	136:736\$	49:072\$
Assistencia publica	18:233\$	10:808\$
Instrução secundaria, superior e especial ...	918:348\$	211:407\$
Instrução primária	326:161\$	43:521\$
Obras publicas e minas	2.559:798\$	657:780\$
Agricultura	752:814\$	63:309\$
Comercio e industria	372:536\$	75:306\$

O *material* de trabalho, que desempenha papel tão importante nestes diversos serviços, dispõe *apenas de 18 por cento* da verba total, sendo as despesas com *peçoal* representadas por *82 por cento*. Não é com certeza esta distribuição de despesa uma prova do progresso nacional, mas, pelo contrário, demonstra *que o Estado português se preocupa mais em aumentar o seu pessoal do que em modernizar os serviços*.¹

Em resumo: o Estado tem uma despesa que é de 67 por cento do commercio do País; arranca aos Portugueses uma soma exageradissima em relação ao que eles exportam (26 vezes mais do que o Estado holandês ao Povo holandês; 10 vezes mais do que o Estado belga ao Povo belga; 13 vezes mais do que o Estado suíço ao Povo suíço); dêsse dinheiro que nos arranca, muito pequena percentagem é destinada a serviços ao público (pouco mais de *metade* da percentagem que lhes consagram, em média, os outros países); e ainda mesmo dêsse pouco, 82 % são para pagar a burocratas! O Estado portanto existe em Portugal, não para ajudar, mas para esmagar a Comunidade; somos uma grei atabafada sob a pressão do parasitismo. Eis o que nos diz o exame do orçamento.

O mesmo nos diz a organização do crédito. O crédito está organizado em Portugal, não para auxiliar mas para asfixiar, o médio e o pequeno commercio, a média e a pequena indústria. Pela superioridade de condições que oferece, o Estado drena para os seus cofres quasi todo o dinheiro do País, fazendo o vácuo em torno dos homens que não pertencem á oligarquia. Os estabelecimentos de credito, órgãos parasitarios, absorvem pelos depositos as disponibilidades nacionais, afim de as entregar, depois, ás garras do Estado (a quem servem especialmente para a dívida flutuante) e a uma oligarquia mercantil.

O capital social dos bancos e casas bancarias portuguesas, o saldo dos depositos dos particulares nesses estabelecimentos, e a circulação fiduciaria, dão um total que está calculado em 340 mil contos. Dêsses, perto de 200 mil são logo absorvidos pela dívida flutuante e especial do Estado e pela das corporações administrativas, ficando apenas aos bancos, casas bancarias e caixas economicas, para outras operações, cerca de 140 mil. Dêstes 140, 90 mil são absorvidos pelas reservas de cofre, pelas carteiras de títulos, pelos emprestimos sobre papeis de credito, objectos preciosos e hipotecas, e pelos negocios de cambios e varios jogos de especulação. Ficam pois só 50 mil para descontos ao commercio, — os quais são, em grande parte, monopolio de elementos restritos,

¹ TOMÁS CABREIRA, *O Problema financeiro*, 1912, pag. 26 28. Os italicos são nossos.

com o character de oligarquia. ¿Que significa isto? Significa impedir de nascer, ou sufocar, a grandissima parte das iniciativas, agricolas e industriais, que poderiam concorrer para o ressurgimento nacional; significa a asfixiação de um povo ¹.

Desde o principio aparecem os Bancos e Companhias, em Portugal, desnaturados pelo character parasitario do Estado e da sociedade; não existiram para a sua função natural de fomentadores da economia: foram meras combinações para expedientes parasitarios. Cifrou-se a sua missão em agenciar dinheiro para o Governo, especulando, ao mesmo tempo, com os privilegios que este concedia, e vendo-se levados desde o começo aos abusos da agiotagem. Das varias companhias era dona uma restrita oligarquia; o Estado e elas exploravam-se mutuamente, e mutuamente se mendigavam: quem pagaria tudo era a Nação. Com efeito, o Tesouro não satisfazia os seus debitos, — e porisso rebentavam, intermedios trágicos, as crises, em que os bancos imploravam do Tesouro, que os criára a eles para lhe valerem. Depois da escandalosa união dos destinos da Companhia Confiança aos do Banco de Lisboa, acto em que o Governo, para salvar uns especuladores, sacrificou os interesses do País, pulularam estabelecimentos (1850-91) cujo capital, em grande parte, era ficticio, e cujos dinheiros realmente havidos eram empregues em agiotagens, ou em negocios totalmente alheios ás funções de um banco emissor. Nesta universal falsificação, os jogos de bolsa enchiam os ares, e floresciam naturalmente as mil invenções para explorar o Nada: emprestar aos acionistas o dinheiro dos depositantes, para com ele pagarem as suas acções; entregar acções do banco A como penhor ao banco B, que por elas dava as acções proprias, que iam parar ao banco C, e assim sucessivamente, — quimeras sobre quimeras e cifras sobre cifras, feitas da materia de que se fazem os sonhos...

Das quatro vezes em que se despertou, aflito, — nas crises de 1827, 46, 76, 91 — esta ultima fez a fortuna do Banco de Portugal. O seu character parasitario desenha-se então nitidamente: a felicidade do Banco foi a desgraça da Nação; nele não está, como

¹ Disse com toda a razão o sr. RUY ENNES ULRICH, no seu livro *Crises economicas portuguezas* (1902) que «o desconto presentemente aproveita quasi só a grandes comerciantes e industriais, isto é, justamente aos que menos precisam dele; entendemos que deveria ser regulado segundo uma orientação perfeitamente oposta» (p. 235). Porisso concluiu pedindo a «modificação do sistema de desconto do Banco de Portugal, em ordem a torná-lo extensivo o mais possivel ás letras dos pequenos commerciantes e industriais» (p. 237).

devia, um fautor de prosperidade; é antes um explorador e agravador de enfermidades nacionais. Com a crise foi-se o ouro e o papel ficou sózinho, desafrontado da circulação metálica; e como os encargos do Tesouro, desprovido de metal, foram agravados por essa crise, a necessidade de notas ia crescendo e deu-se o mais absurdo dos desconchavos: o Estado permitir ao Banco o fabricar mais papel, e sempre mais, não representativo de metal em cofre, — sem encargos correlativos, — para lhe tomar de empréstimo a papelada e pagar de juros milhares de contos. O Tesouro recebeu do Banco, como empréstimo, o que o Estado poderia fornecer a si mesmo; exactamente como se o Estado desse as próprias notas ao Banco, de graça, para o Banco, logo em seguida, as fornecer ao Estado com bom lucro (e ao mesmo tempo, abarcando todas as disponibilidades da circulação, o Estado obrigava o Banco a restringir as operações de desconto). Poder-se-hia imaginar uma especie de ganho mais gratuito, menos correspondente a qualquer serviço, e uma maior exploração da desgraça do País? Poder-se-hia fantasiar um mais acabado parasitismo?

Num regime monetario normal são as necessidades do trabalho que estabelecem o limite das emissões; entre nós, de maneira nenhuma: o papel fabrica-se para o Tesouro e vai aumentando estupendamente, á medida que se deseja: e ao passo que a circulação se multiplicou 4 vezes, de 1891 a 1916, os debitos do Tesouro ao Banco de Portugal aumentaram 5 e meia, não chegando a duplicar, sequer, os valores da carteira comercial. Temos assim uma circulação fiduciaria monstruosa, sem nenhuma justificação nas necessidades do País, — um regime legal de moeda falsa. Dizer «moeda falsa legal» poderá parecer-lhes um absurdo; mas absurdo, senhores, é toda a vida portuguesa; as instituições tem o mesmo nome que nos países civilizados, mas outras funções e outros fins, outra natureza e outros efeitos¹; e se Swift visse agora, poderíamos dar para as *Viagens de Gúliwer* o mais estapafúrdio dos seus capitulos. «O Estado», diz um economista, «deve ao banco cinco vezes e meia o que lhe deve todo o país

¹ Assim, a circulação fiduciaria, que é um meio de fomento em toda a parte, não o é no nosso país e não faz descer a taxa do juro, como faz no estrangeiro. «Há dinheiro de mais, mas não serve para o desenvolvimento economico da nação. Não é sómente inutil. E' prejudicial... A extraordinaria valorização de todos os productos, as excessivas e desproporcionadas despesas dos particulares, a desenfreada especulação, o gosto do jogo, as exageradas cotações, a consequente baixa do juro, tudo isso resulta, em grande parte, da superabundancia da moeda, a que as necessidades do Estado, admiravelmente simplista em planos financeiros, tem obrigado o Banco» (ANSELMO DE ANDRADE, *Portugal economico*, p. 280-1).

industrial, comercial, agricola e trabalhador. E' esta a sintese mais perfeita de toda a nossa economia»¹.

¿Que admira pois que na provincia os pequenos lavradores se vejam escravos, — politica e socialmente — de sobas que emprestam a juro alto² dinheiro que obteem muitas vezes, a juro baixo, dos cofres da Misericordia, volvendo-se assim a *misericordia* em instrumento de tirania, nas mãos de um parasita? — ¿E que a nossa escola participe, por sua vez, desta natureza geral de todas as nossas instituições?

Ela desenvolve-se com prejuizo da sociedade de que faz parte, tirando a sua fôrça, não dos beneficios que presta á sociedade, mas dos males que lhe produz ou que lhe agrava, de maneira que crescimento e função da escola significam, para o conjunto, doença e calamidade. Quanto mais escolas houver — da natureza das que nós as temos, — maior mal para a Nação.

A sociedade pede á escola classificações de passagem, diplomas para concursos, memorizações para concursos, — condições para explorar (legalmente) o parasitismo nacional; e a escola, formada por êsse espirito, dá naturalmente o que lhe pedem, sufocando a iniciativa e incapacitando para outra coisa que não seja o agravar o parasitismo da sociedade. Está dito e provado que as escolas secundarias e os cursos superiores só recrutam burocratas³; foi concluido, depois de um longo estudo⁴, que a escola primaria existente é um dos meios pelos quais o Estado fomenta a criminalidade, e a ruina, pelo menos em parte, das inteligencias infantis; pela estatistica provou o dr. Alfredo Luis Lopes que temos maior percentagem de criminosos entre os individuos que passaram pela escola do que entre os individuos que nunca lá foram; e a experiencia da Tutoria da Infancia demonstrou, segundo afirmação do seu secretario, que os rapazes do campo que frequen-

¹ Sobre o nosso problema bancario, v. OLIVEIRA MARTINS, *A circulação fiduciaria*, 2.^a parte; ANSELMO DE ANDRADE, *Propostas de fazenda e Portugal economico*, nova edição, 1.^o vol., cap. XIX a XXI; RUY ENNES ULRICH, *Crises economicas portuguezas*, 3.^a parte; A. CANDIDO DE ALMEIDA LEITÃO, *Do Credito e da Circulação fiduciaria*, Cap. IV; e a revista *O Economista Português*, ultima serie.

² Contra êste facto já HERCULANO protestava em 1855, no seu *Projecto de caixa de socorros agricólas*.

Não virá a desproposito recordar que, segundo o *Boletim da Previdencia Social*, existem em Lisboa 83 casas de penhores que auferem o juro de 4 por cento ao mês, ou seja 48 por cento ao ano. Nem o Estado, nem as classes superiores, deviam permitir a existencia dêste abuso. O melhor remedio para ele seria, ao que nos parece, montar casas congeneres de garantia muitissimo menor.

³ V. por exemplo a opinião do director do Instituto Superior de Comercio no *Anuario* deste Instituto e na sua conferencia sobre o ensino comercial.

⁴ Pelo sr. ADOLFO COELHO, nos *Estudos sobre a educação popular*.

tam as aulas ganham ali o desprezo ao trabalho da agricultura, e fogem para as cidades, a reforçar os bandos dos criminosos e dos vadios. Não admira que assim seja, desde que ela tem por objecto único o de extinguir o analfabetismo ¹. A escola absorve muita energia — para produzir o mal; é um órgão parasitário, na perfeição.

Estes exemplos fazem ver, creio eu, a fraudulosa estrutura da sociedade portuguesa ², e deles podemos concluir, desde já, estas três ideias:

1.^a A escola portuguesa é um efeito e uma causa de uma estrutura social viciosa: é dessa estrutura que recebe os seus professores e o seu espírito; é para essa estrutura que ela fornece os seus alunos;

2.^a Estando o character da escola portuguesa ligado a vícios profundos do regime da sociedade (regime de que a escola é uma peça, e ao mesmo tempo uma causa e um efeito) a verdadeira reforma das escolas tem de prender-se a um movimento de reforma social; quando não, o mal que se combate em um ponto irá re-bentar (e possivelmente agravado) em outro ponto;

3.^a Sendo esta organização social que domina a vida dos partidos e vivendo os partidos para a exploração dêste sistema — é ilógico esperar de uma acção partidária a reforma verdadeira dos vícios da sociedade. De quem então?...

De quem?... Deixemos isso para depois. Voltemos agora a falar da escola.

(Continua)

ANTONIO SERGIO.

¹ Sobre este facto do aumento da criminalidade com o do *abc* já se teem edificado apologias da *educação* contra a *instrução*. Sem discutir agora (o que seria longo) essa abstracta separação do processo educativo e do processo instrutivo, notemos, mais uma vez, que conclusão e fundamento são heterogeneos, alhos e bugalhos. Raciocina-se como se o *abc* fôsse instrução, quando não passa de um simples instrumento que, se nos *pode* servir para nos instruímos, *pode* também servir (e serve) para muita outra coisa. Há alfabeto sem instrução e instrução sem alfabeto. Já se disse que o saber ler e escrever é tanto uma instrução quanto um garfo e uma faca são um bom jantar. Tomar o *abc* como instrução é pois um erro; mas entre nós acresce a êsse erro o facto de que grande parte da campanha escolar contra o analfabetismo tem sido faina de propaganda politica (sobretudo demagogica) e nada mais.

² Entre mil outros exemplos do nosso parasitismo social (ficaram celebres os revelados pelo governo João Franco) citemos o seguinte: quando a policia de Lisbôa encontra uma menor a perseguir homens, de noite, pelas ruas da cidade, não procura (como no estrangeiro) entregá-la á familia, ou a uma casa de correccão: explora imediatamente a sua desgraça, fazendo-lhe pagar uma multa e a matricula do *mister*. Sei de tentativas para suprimir este abuso que sempre naufragaram em dificuldades insuperaveis. E' que da contribuição das prostitutas vive, ao que parece, boa gente honrada de Portugal.

COMENTARIOS

Ideas e Factos

Revista de revistas. — Cumpre-nos hoje falar de duas revistas muito interessantes cuja indole concerne especialmente aos intuitos de *Pela Grei: o Economista Português* e o *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social*.

O *Economista* reapareceu, com novo director e depois de 6 anos de interrupção, em 14 de Outubro de 1917 (rua do Ouro, 178, 2.º). E' justo dizer que ressuscitou muito melhor do que antes era, com planos fundamentais, orientação larga e unidade de doutrina. Segundo essa doutrina, o problema financeiro de Portugal é praticamente, hoje, um problema economico: para o Tesouro chegar a ter as receitas necessarias é indispensavel desenvolvermos depressa e em largá escala a produção e a exportação; mas tambem, por mais paradoxal que isto pareça, o problema economico de Portugal é nesta hora um problema financeiro. Para conseguirmos a expansão do nosso trabalho, dos nossos rendimentos, do comercio externo, é indispensavel que o proprio Estado faça agora uma *vasta mobilização de créditos e de fundos*. A base de toda a reorganização economica de Portugal está na formação de recursos de capital e de crédito que permitam ás *régies* e empresas particulares (individuais ou colectivas) a realização de uma grande actividade de produção e de comercio, organizando-se assim imediatamente, e em proporções notaveis, o credito agricola, mineiro, industrial e comercial ¹. Os meios de obter esses recursos de capital e de crédito seriam principalmente:

a) a reforma do Banco de Portugal;

b) a transformação da Caixa Geral dos Depositos num grande Banco Nacional de Fomento, destinado a fazer (em concorrência com todos os outros estabelecimentos) operações de crédito agricola, industrial e comercial, tornando-se aquela instituição o agente sumo da consolidação e prosperidade economica de Portugal;

c) o lançamento das bases dos primeiros bancos industriais, de fomento ou participação industrial e comercial, e de exportação, com auxilio financeiro do Estado, e portanto com a sua ingerencia e fiscalização;

d) a adopção dos varios sistemas consagrados no estrangeiro para reduzir o emprego da moeda, como são a transferencia de créditos, o uso generalizado do cheque, as camaras de compensação, e o serviço de cheques e transferencias postais.

¹ Acentuemos, de acôrdo com as tendencias do *Economista*, a necessidade de não sermos unilaterais; a difusão do crédito (dissemo-lo no programa desta revista, 1.º n.º, pag. 5) é de primária necessidade; mas mais necessario ainda é o capital de ideas (precisas, concretas, experimentais) com a vontade correspondente, sobretudo pelo que respeita ás tecnicas da Agricultura e da Educação, e á organização das Elites.

Examinemos resumidamente êstes quatro pontos.

Banco híbrido, o de Portugal nem é instituição do Estado, nem estabelecimento livre; criado para o progresso do País, tem sobretudo vivido para o Estado, e porisso mesmo á custa dele. O Banco viceja, cresce, prospera, opulenta-se, com as dificuldades e adversidades nacionais. Para terminar com êsse calamitoso e paradoxal regime, cumpria: efectuar o pagamento da divida do Estado ao Banco, com a consequente retirada de notas e consolidação de reservas; levar a circulação fiduciaria a mais 40 ou 50.000 contos, que seriam destinados (juntamente com os 18.000 contos ali empregados na carteira comercial, e com dezenas de milhares de contos atingíveis pela remodelação da Caixa Geral dos Depósitos) á grande obra do fomento economico; constituir os corpos gerentes com um terço dos seus membros nomeados pelo Governo, o segundo terço pelas associações principais da agricultura, da industria e do commercio, e finalmente o restante pelos acionistas; pertencer ao Estado metade do fundo de reserva, ficando, acima de um dividendo de 5% aos acionistas, um quarto para eles e três quartos para o Estado; não permitir ao Banco fazer especulações de cambios (concorrendo por elas para a depreciação da sua propria nota) mas sómente realizar operações cambiais de acôrdo com o Tesouro para beneficio do público; ser apenas de facto o monopolio da emissão, conservando o Estado, como na Holanda, a liberdade de conceder a outro, tambem, o direito de emissão; ser gratuito, como no Banco de França, todo o serviço de transferencia de conta para conta; ser o Banco obrigado a constituir-se socio de duas Câmaras de Compensação, a criar em Lisboa e Porto; serem criadas sub-agencias em cabeças de concelho importantes, fora das capitais de distrito.

Fez-se recentemente uma reforma do Banco de Portugal, como pedia o *Economista* e nós tambem (v. o programa de *Pela Grei*, n.º 1, p. 5); infelizmente, não foi a que o *Economista* expusera e nós desejavamos. Diz muito bem o sr. Quirino de Jesus:

«A reforma veio infelizmente defeituosa, egoista, arcaica, sem a compreensão de que o futuro do Tesouro, da economia nacional e do proprio País, dependem da consolidação, do credito, da vitalidade ampla, fecunda e equitativa, daquele estabelecimento. De tal maneira falam á razão estas verdades repetidas que ao menos já foram depois tomadas providencias para facilitar em toda a parte os redescontos aos outros bancos e as transferencias e ordens de dinheiro até aos mais afastados centros da provincia. Resta, com efeito, ir melhorando a situação pelos actos avulsos, já que foi tão escasso de méritos o diploma da prorrogação do monopolio... A reforma do Banco de Portugal estragou um momento possivel de benemérita administração pública.»

A Caixa Geral dos Depósitos, transformada em Banco Nacional de Fomento, faria operações de credito agricola, industrial e comercial. As funções de credito agricola teriam aproximadamente a natureza definida no cap. I da lei de 30 de junho de 1914. Nas funções de credito industrial e comercial descontaria letras com duas ou mais assinaturas idoneas; poderia tomar e colocar pelo menos obrigações de empresas com juro garantido pelo Estado; deveria auxiliar muito particularmente a exportação, fazendo pelo menos operações a curto ou longo praso sobre

saques, documentados ou simples, e *warrants* de mercadorias depositadas nas zonas alfandegadas ou francas de Lisboa, encarregando-se ainda das transferencias de fundos e de contas; deveria o Banco ter uma grande secção de credito imobiliario para promover e alimentar a melhor e maior exploração do solo nacional; faria emprestimos hipotecarios, com emissão de obrigações prediais e mineiras; compraria terras para as vender a praso aos lavradores, e forneceria capitais para aquisição ou constituição de propriedade e para o seu desagravo ou melhoramento.

O Banco Nacional deveria receber do Estado uma dotação inicial de 18.000 contos de réis, cujas entradas seriam escalonadas em quatro anos; estes fundos viriam da massa geral dos impostos ordinarios e extraordinarios que teem de ser lançados em consequencia da guerra, mas haveria outras e maiores disponibilidades e meios para se dar toda a amplitude precisa á obra do Banco. Com efeito, a Caixa deve ter mutuados a praso, actualmente, uns 4.700 contos a corporações administrativas, e uns 13.400 contos ao Governo e a entidades autonomas ou pupilares do Estado, tendo, tanto as primeiras como as ultimas, consignação de receitas especiais, ou verbas do orçamento publico, para o serviço dos juros e amortizações dos emprestimos; nestas condições, nada mais indicado do que emitir no mesmo periodo obrigações nacionais, distritais e municipais de 5 % para a consolidação congruente de quasi todos elles; entrariam assim em quatro anos pelo menos 16.000 contos para as novas funções do Banco.

Os capitais de função do Banco seriam divididos, conforme as circunstancias, pelas diversas operações, cabendo o maior quinhão á do credito agricola, para comprar (com as devidas cautelas) grandes massas de terras, distribuindo-as a credito pelos pequenos lavradores e pelos trabalhadores agricolas; para financiar as aquisições similares que eles contratassem directamente; para emitir obrigações prediais cujo fim seriam todas estas operações e emprestimos destinados a melhoramentos.

O grande comercio, a grande industria e tambem quasi completamente a grande agricultura, acham sempre, com maior ou menor facilidade, os capitais de que precisam. O grave problema para a governação publica é outro, quer dizer, o credito para o pequeno e mediano commercio, a pequena e mediana industria, a pequena e mediana agricultura. Esses teem dificuldades em obter dinheiro, que de mais a mais precisam *a longo prazo*, para transformações, melhoramentos e progressos que representam immobilizações uteis, ou para pagamento de materiais e salarios de obras cujos lucros só aparecem muitos meses depois, ou para realização de valores de produtos que são obrigados a vender com liquidações mais ou menos demoradas. Em quasi todos estes casos os bancos e os banqueiros não lhes fazem os fornecimentos que lhes são indispensaveis; as razões dêste facto são diversas, mas a mais importante consiste em serem depositos á *vista* a maior parte dos fundos que esses bancos podem empregar. De aí a necessidade de criar para aqueles fins instituições especiais (bancos industriais, de fomento ou de participação industrial e comercial, e de exportação) operando com os seguintes fundos, applicaveis em longo prazo:

- 1) os capitais do proprio instituto;
- 2) os de depositos constituídos por tempo consideravel;

3) os de obrigações emitidas pelo proprio estabelecimento e amortizaveis em periodos mais ou menos longos.

Os *bancos industriais* fariam emprestimos, destinados a facilitar principalmente o acondicionamento, a transformação e o melhoramento de empresas industriais ou de suas instalações e maquinismos. Os *bancos de fomento ou de participação industrial ou comercial* desenvolveriam a industria e o commercio, subscrevendo quotas, acções e obrigações de empresas nacionais, ou fazendo-lhes emprestimos por tempo não inferior a 2 anos, ou garantindo com o seu aval os que lhes fossem feitos por quaisquer entidades financeiras. Os bancos de *exportação*, além das operações bancarias comuns, descontariam saques de exportação, documentados ou simples, a praso não superior a 180 dias; abririam creditos a descoberto, em conta corrente ou de uma só vez, a exportadores que reunissem as condições necessarias, e aceitariam saques reformaveis dos exportadores até 90 dias, mediante deposito dos saques originais a maior praso sobre o estrangeiro; abririam creditos das sucursais exteriores aos importadores locais, sobre a sede, contra a remessa de produtos dos exportadores do país; aceitariam letras dos exportadores do estrangeiro; descontariam *warrants* sobre mercadorias; emfim, facilitariam e promoveriam por todos os modos possiveis o commercio externo, tendo para o mesmo fim um serviço especial de informações.

Outro dos pontos fundamentais propagandeados pelo *Economista* é, como dissemos, o da economia da moeda nas transacções. A nossa circulação tem de ser muito maior do que seria se se generalizasse o uso de se ter conta corrente num banco, e portanto de se fazerem pagamentos por cheque, ou pelos papeis conhecidos em França pelo nome de *mandat rouge*. Por esse processo, os pagamentos efectuam-se por simples escrituração: debitar a A, creditar a B; não intervem a moeda. Importa tambem, como já foi dito, que o Banco de Portugal assegure gratuitamente o serviço de transferencias entre praças diferentes. Mas é nas Camaras de Compensação que se podem realizar as mais prodigiosas economias de meio circulante. Uma Camara de Compensação de banqueiros é uma repartição comum a muitos estabelecimentos bancários, no seio da qual os banqueiros põem á vista os efeitos (letras, cheques, etc.), que eles teem de apresentar respectivamente uns aos outros, de modo que a obrigação de se pagarem em numerario se faz por compensações até onde é possível. Como os srs. Rodrigo Pequito e Vieira da Rocha já propuseram, os bancos de Lisboa e Porto deveriam ser obrigados a entrar em Camaras de Compensação.

Além destes, muitissimos outros assuntos economicos e sociais, relativos a Portugal e ao estrangeiro, trata interessantemente o *Economista*, nas suas numerosas secções intituladas *a epoca social, boletim politico, os factores economicos, finanças, o mundo colonial, alimentação publica, marinha mercante*, etc. A revista merece ser mais divulgada entre o grande publico, dada a importancia fundamental dos assuntos que discute e a larga e imparcial orientação com que os trata.

Desde há muito lamentavamos que não existisse em Portugal um nucleo de individuos que se decidissem a estudar os nossos problemas sociais pelo método da *Science Sociale* (monografias de familia operaria) fundado por Le Play, aperfeiçoado por Henrique de Tourville, aplicado com

brilho por Demolins, Paulo Bureau, Paulo de Rousiers, Descamps, Poin-sard, e outros. Pois, finalmente, o nosso desejo parece em via de se realizar, pela fundação da *Sociedade Portuguesa de Sciencia Social*, com séde no Porto (Praça G. Gomes Fernandes, 10) da qual fazem parte os srs. Mattos Braamcamp e Bento Carqueja, presidentes, e o sr. José Fontes, secretario. Temos presentes os dois primeiros numeros do seu *Boletim* (tipografia da Renascença Portuguesa) bem como uma pequena notícia de propaganda sobre *O que é a sciencia social, e o seu método*. A directoria da *Sociedade* delegou numa Comissão os poderes necessarios para a realização dos seus fins, e apela para todos os que, dedicando se aos estudos geograficos, historicos, economicos, literarios, arqueologicos, etc., a queiram ajudar com o seu trabalho. A directoria oferece a quem os requisitar, questionarios e um impresso com as indicações necessarias para a boa realização dos inqueritos. Toda a correspondencia que a êstes diga respeito deverá ser dirigida ao sr. Manoel Moreira Alves Pimenta, rua de Miguel Bombarda, 141, Porto.

Vejamos pois o que nos dizem os dois primeiros numeros do *Boletim*.

O nosso país revela a falta de um proposito nacional; desde o berço até ao fim da vida não há rumo. Domina-nos a tendencia ao agrupamento em bandos, semelhantes á gente armada dos senhores feudais ou ás quadrilhas de bandoleiros; a única diferença é que os bandos agora operam mais ou menos pacificamente, constitucionalmente até, sob o nome de partidos politicos. Predomina a média e a grande propriedade, geralmente explorada por forma indirecta, sem que o proprietario lhe restitua o que dela recebe nem se interesse pelo trabalho ou pelo bem estar da familia agricola, sua educação, higiene, previdencia, credito ou progresso. A propriedade constitue assim um peso sobre a vida do país; o proprietario aparece desviado da sua função social, pois não é patrão do trabalho, tendo o character de um explorador capitalista. O trabalhador não tem nas classes dirigentes o auxilio e guia necessarios para compensar a fraqueza do seu tipo social.

Os municipios absorvem para os meios urbanos a maior parte do que rendem os impostos municipais que a terra paga; os direitos de transmissão correm para o abismo dos cofres do Poder Central, quando por elementar justiça deveriam ficar em melhoramentos regionais ¹. Por outro lado, se a situação das familias agricolas é precária por falta de patrões do trabalho capazes de a educarem, petrecharem e ampararem financeiramente ², o codigo e os preconceitos anulam o esforço dos que conseguem vencer tais dificuldades, obrigando á partilha entre os filhos, que caem na miséria. E' esta uma das causas da grande emigração.

Segundo Poin-sard, só pela acção interessada dos proprietarios pode melhorar a situação nacional, criando-se dessa forma grandes explorações agricolas, com boa direcção e capitais abundantes, afim de enquadrar os

¹ Cf. com o que dissemos na *Função social dos estudantes* sobre a necessidade da descentralização financeira, e com o que escreveu o nosso colaborador João Perestrello no artigo *Regionalismo* do 1.º n.º de *Pela Grei*.

² Sobre as origens historicas dêste mal, cf. as nossas *Considerações historico-pedagogicas*, edição da Renascença Portuguesa, Porto.

camponeses e arrastá-los em um movimento transformador das culturas; espalhando a instrução técnica, simples e rápida; vulgarizando as associações de seguros, de compra e venda, de produção (lagares e leitarias) de credito, de exportação ¹, e formando associações de proprietários que, em colaboração com o Estado, melhorassem o regime das aguas, dos transportes, etc. «Só quem vê de perto a que ponto Portugal está dominado pela burocracia e pelos interesses politicos pode compreender a persistencia, neste país, de ideas e processos tão fundamente opostos á experiencia adquirida em materia economica, e ás necessidades da sociedade moderna» (Poinsard, *Portugal ignorado*).

Por seu lado, as industrias aparecem-nos dirigidas, geralmente, por uma classe que se tem apoiado mais sobre os privilegios, restrições e outros artificios, do que sobre o proprio valor e iniciativa. Tambem aqui as classes trabalhadoras se encontram abandonadas aos seus proprios recursos (que são fracos, — economica, fisiologica e socialmente) e deixadas assim á mercê das crises e das especulações politicas, quando está imperiosamente indicada a congregação dos esforços dos patrões para, á semelhança dos alemães e outros, colaborar com elas na organização do seu bem estar, educação, recreio e previdencia.

As minorias organizadas para a exploração da comunidade sob o nome de partidos, levaram o país aos maiores excessos de centralização.

Os inqueritos feitos ás condições de existencia das classes operarias, nomeadamente o do engenheiro Simão Martel e o do dr. Doria Nazareth, denunciaram bem evidentemente a insuficiencia da alimentação do operariado português. O português não ingere a quantidade de alimento indispensavel á sua existencia normal.

O 2.º numero do *Boletim* traz já um inquerito efectuado em Vila Pouca de Aguiar. Esse inquerito confirma ali o facto de que a vida em comunidade de familia (desenvolvendo o respeito pela tradição e pelos antepassados bem como a dedicação pelo grupo familiar, e comprimindo a iniciativa e as ideas de independencia) mantêm o celibato dos filhos e leva-os a conservarem-se solteiros para não dividirem a casa e evitarem a desagregação da comunidade. Pode mesmo verificar-se que nas poucas familias onde o celibato da maioria dos filhos se não dá, a existencia não é próspera nem regular e existe a desharmonia entre eles. E' o desenvolvimento dos meios de transporte que, facilitando a difusão de toda especie de ideas novas, contrárias á tradição, e desenvolvendo o espirito de independencia, faz dissolver a comunidade familiar. O que há a fazer nêsse caso? *Educar* o espirito particularista, isto é, o espirito de iniciativa individual capaz de se associar em associações livres para fins determinados.

Com efeito, uma das grandes descobertas da *Sciencia Social* é a de que na base de toda reforma social séria há uma *reforma de educação*; as questões sociais são essencialmente questões pedagogicas. Uma questão pedagogica que interessa muitas regiões do nosso país seria a de promover a evolução da cultura rústica para a cultura comercializada,

¹ Desta propaganda poderiam ser poderosos auxiliares os estudantes de agronomia, durante as ferias.

quer dizer: da cultura que tem por objecto produzir materias necessarias ao consumo familiar, para a que procura produzir as materias proprias para serem vendidas e exportadas.

A solução dêstes problemas exige o estudo concreto dos casos particulares. Sem êste estudo, as leis mais bem intencionadas podem produzir grandes males. Um exemplo: algumas leis portuguezas, como a dos cereais, embora muito bem intencionadas, destruíram os laços entre as classes, deixando a sociedade desunida, as familias desorganizadas, a terra exausta. Demos outro exemplo. As observações realizadas pela Sciencia Social teem mostrado já, em vários países, que o facto do predomínio, em uma região, do castanheiro ou do pinheiro, tem efeitos sociais muito diferentes; o castanheiro dá o seu fruto sem exigir nenhuns cuidados: é uma arvore protectora da preguiça, patriarcal, conservadora, rotineira; o pinheiro, pelo contrario, exige trabalho, é uma arvore progressiva que desenvolve a industria e o commercio. Percebe-se por aqui que se deverá proceder conscientemente, tomando em conta êstes factos, quando se pensar na arborização de uma terra. E' um assunto a estudar. Introduzir o pinheiro em certas terras significará desorganizar a vida das populações que não sabem resistir a essa desorganização; requiere, pelo menos, uma pedagogia correspondente. Plantar o castanheiro poderá equivaler, noutras regiões, a conservar a rotina onde há qualidades para o progresso.

Do estudo da propriedade, decomposta nos elementos que constam da nomenclatura de Tourville, sairão indicações fundamentais para a resolução da crise portuguesa. Bastará que as monografias mostrem claramente o que é, por exemplo, no capitulo da transmissão dos bens, a luta entre a familia que quer organizar um casal, e a lei da partilha forçada e igual entre os filhos, que a desorganiza em cada geração, — para se compreender a quantidade de esforços e energias perdidas por causa do êrro de uma lei. Os inqueritos mostrarão além disso que a luta é diferente em cada provincia, com resultados diferentes de região para região. Para os lados de Bragança a lei vence, e a propriedade pulveriza-se desoladoramente; ao contrario, ao Norte do Porto, na Maia, é a familia que faz vergar a lei. Apesar de esta não conceder ao pai a faculdade de dispor de mais do que da terça dos seus bens (hoje metade) há muito que as familias conseguiram transmitir quasi intacto o dominio a um filho só, servindo-se para isso de curiosas combinações, algumas das quais contra a letra da lei ¹.

O folheto distribuido pela *Sociedade Portuguesa de Sciencia Social* com o titulo *O que é a sciencia social e o seu método* é claro e útil; no entanto, nós, nos casos do autor, teriamos deminuido alguma coisa o capitulo sobre as *leis sociais*, generalizações por vezes demasiado largas, simplistas e fragilissimas, de que o método não é responsavel e em que não deveriam insistir muito os seus cultores ².

¹ Notemos que a liberdade de testar é por si impotente, sem o seu complemento natural: o estabelecimento vantajoso dos filhos segundos pela emigração.

² Exactamente o caso do castanheiro, atrás referido, exemplifica certos simplismos da escola. O castanheiro exerceu influxo no desenvolvimento economico e social do Limousin; foi *um* dos factores dêsse desenvolvimento; Demolins, porém, quis explicar todo o Limousin economico e social pelo castanheiro (tomo IV da *Science Sociale*,

Acompanharemos com interesse esta benemerita iniciativa que, se persistir com metodo e largueza de espirito, poderá ser um factor importante para o conhecimento e reformação da GREI³. — A. S.

*

Um apelo e um problema; teem a palavra as elites dirigentes. — A União Operaria Nacional dirigiu uma exortação a todos os assalariados, a proposito do custo da vida e da forma de combater a a alta dos generos de primeira necessidade. Depois de se referir aos movimentos pela elevação de salario, diz o manifesto:

«Mas quando á mesma classe operaria fosse possível lançar-se tão amiude em semelhantes lutas, essa circumstancia não impediria que ela deixasse de ser a eterna sacrificada, porquanto a amarga experiencia de todos os dias ensina-nos que ao mesmo tempo que conquistamos um aumento de 20 p. c. nos nossos salarios, as subsistencias, sob pretextos varios, e quasi sempre injustificados, passam a sofrer uma elevação de 50, o que quer dizer que o operario, que é simultaneamente consumidor, apenas teve um aumento ficticio na remuneração do seu trabalho, porque os detentores da produção teem a sua maquina exploradora montada de tal arte que, concedendo-nos 20 por um lado, arrancam-nos, por outro lado, quase o dobro.»

O momentaneo beneficio colhido pelo aumento de salario é anulado imediatamente.

A União Operaria Nacional entende que se não deve prosseguir nesse caminho, e diz:

«Urge levar a efeito um movimento, não de uma corporação, mas das corporações operarias, em todo o proletariado, emfim, que consome e que não ganha o necessario para adquirir o indispensavel. Será um movimento ao mesmo tempo de reclamação de aumento de salario para todos os produtores, cuja jorna esteja em manifesta desproporção com o actual custo da vida, e de opposição tenaz, organizada, sistematica, á alta injustificada dos artigos de primeira necessidade. E, então, uma vez equilibrado o salario com o custo da vida — principio que ninguem poderá apodar de injusto — desde que seja demonstrada a necessidade de determinado artigo ter fatalmente de subir de preço, o proletariado, fortemente unido, promoverá que suba proporcionalmente o salario, para não regressar ao circulo vicioso em que está actualmente envolvido.

Semelhante movimento, porém, que terá de ser um movimento nacional, não se faz sómente com palavras, mas com obras, sobretudo.

Não se realizará, tão pouco, sem uma prévia preparação, e é a essa preparação que desde já todo o operariado organizado deve dedicar-se com tenacidade, falando, não ao entusiasmo, mas ao raciocinio.»

Houve quem preguntasse aos operarios que tencionavam eles fazer; seria caso de eles recambiarem a pergunta: ¿e que tencionam fazer os preguntadores?

pag. 287); ora Eduardo Lamy, na sua *Monographie du châtaignier*, explica pelo contrario o predominio do castanheiro ali pelas condições sociais da região (os costumes locais isentavam o castanheiro do dízimo, e de aí o seu desenvolvimento). Estas reservas sobre algumas generalizações simplistas da escola conciliam-se, repetimos, com o nosso muito aprêço pelos trabalhos da *Science Sociale*, e muitissima veneração pela memoria de Le Play.

³ Cremos que todos os homens de boa vontade, de todas as escolas e tendencias, poderiam colaborar na realização de um Arquivo Português de Economia Social em que se reunissem metodicamente observações e inqueritos sobre as condições de existencia da GREI.

Porque aquele apelo está demandando, como resposta, *um plano de acção positiva, conjunto de providencias necessarias para que se intensifique o mais possivel a produção nacional*. E' esse, para todos, o melhor dos remedios da situação. ¿E teremos condições materiais para realizar esse desiderato? Temo-las; «temos prodigiosas possibilidades de recursos naturais», proclamam, á uma, os entendidos. Que falta? Que as elites sociais saibam ser, afinal, inteligentemente egoistas; que toda a intelligencia, que todo o trabalho do País, se concentrem no objectivo da salvação da Cumunidade, — pela acção dos economistas e dos cavadores, dos patrões e dos operarios, dos poetas e dos sacerdotes, dos velhos e das crianças, dos ministerios e das escolas...

A INERCIA dirá mais uma vez que tal convergencia é uma quimera. Lêde pois a artigo seguinte, e vereis um pequeno exemplo do que se fa', não num povo que, como o nosso, está no cairrel da perdição (e portanto mais necessitado dos esforços convergentes de todos os seus) mas na nação mais próspera e a hegemónica do mundo :

*

Exemplos do estrangeiro. — Uma das mais admiraveis lições da actualidade é o conjuncto de medidas adoptadas nos Estados Unidos para aproveitamento das riquezas do país. Dessas medidas referir-nos-hemos, pelo seu significado educativo, á acção das associações agricolas de rapazes e raparigas chamadas *boys' and girls' clubs*. Estas associações, que contam mais de dois milhões de individuos, teem por emblema quatro *H H*, iniciais de *head, heart, hands, health*, — cabeça, coração, mãos e saude; e se representam uma contribuição efectiva para a alimentação do país e para a preparação profissional dos jovens, é sobretudo como instrumento de educação geral que nos interessam e nos agradam. A melhor educação para a vida são as proprias obras da vida, a acção social e benefica, e sobretudo a acção em comunidade com um largo objectivo social. Ah, se os homens mais responsaveis do nosso país fossem capazes de compreender o que fazem crianças nos Estdos Unidos!...

Em 1916, o governo federal, os governos estaduais e os agrupamentos locais dispenderam 79 cents. por cabeça para fazer instruir e animar os membros dêstes clubes, orientando a sua energia para a produção efectiva dos artigos de alimentação. A quantidade de subsistencias por eles produzidas representam um aumento liquido de mais de 20 dolares por cabeça de generos alimentares. Este resultado foi conseguido por uma metódica propaganda de 3.000 agentes de condado, 1.000 directores de clubes, e centenas de instrutores, que durante os ultimos tempos prepararam o movimento. Segundo os numeros fornecidos pelo *Economista*, em 1917 os instrutores dos dois sexos deram, por exemplo, 1534 lições práticas para a fabricação de conservas em domicilio. A estas lições assistiram 20.860 crianças membros das associações, 53.565 adultos, 14.152 crianças não pertencentes aos clubes. Esses instrutores visitaram 12.898 tractos de terreno cultivados pelos socios, independentemente das inspecções locais efectuadas por 4.367 propagandistas não retribuidos. Em 24 Estados foram organizadas 985 associações para a produção de milho (*corn clubs*) com um total de 14.400 membros, sendo fornecidas

informações completas por 3.918 membros, que cultivam 9.172 acres, produzindo 523.100 *bushels* (19 milhões de litros). Vinte e três Estados organizaram associações para a cultura dos jardins e fabricação de conservas (*garden and canning clubs*) atingindo-se o numero de 1.160 associações desta especie no ultimo ano, com 24.254 membros.

As associações de rapazes para a criação de porcos produziram 728.411 libras de carne de porco, representando um valor de 85.762 dollars. O beneficio atingiu 43.860 dollars.

Em 30 de Julho de 1917 havia 948 instrutores retribuidos e 9.748 instrutores voluntarios. Durante o inverno ultimo, do 1.º de dezembro de 1916 a 1 de abril de 1917, 3.589 membros dos *clubs* seguiram cursos resumidos dados nos collegios de agricultura dos Estados.

Durante o ano findo, os *boys' and girls' clubs*, ao mesmo tempo que viam crescer o seu numero e que recrutavam novos membros, aperfeiçoavam a sua organização afim de que o trabalho fôsse melhor dirigido e fiscalizado. Cerca de 400.000 rapazinhos e rapariguinhas, pondo em execução o programa da guerra em materia de alimentação, cultivam hortas, fazem conservas variadas, criam aves, confeccionam pão de guerra, sob a vigilancia de instrutores; mas estes jovens trabalhadores não são considerados como membros regulares dos *clubs*. O numero de clubes era, á data das ultimas informações, de 13.790.

Os estudantes e o partidarioismo politico.— Neste caso das conferencias partidarias dos estudantes procedeu-se de ambos os lados de maneira deploravel: os contra-manifestantes, vociferando demagogicamente contra a demagogia; os manifestantes, manobrando com a mocidade em lutas partidarias. Cumpre á mocidade estudar e discutir as questões vitais do seu País, mas de maneira alguma imiscuir-se nas brigas partidarias; o seu dever é exprimir, *acima dos partidos* (de todos eles) o verdadeiro protesto da Nação, que não visa nem pode visar nenhum partido determinado, nenhum governo em particular, mas uma organização social viciosa de que os politicos teem sido, até hoje, os sustentáculos e os exploradores. A mocidade que encarneira sob um partido, da opposição *ou do governo*, falta lamentavelmente ao que deve a si propria e á sua Grei; e falta ao que deve á mocidade quem dela se serve para fins partidarios.

Como primeiro conferente os estudantes apresentaram o seu ex-reitor, o sr. dr. Almeida Lima. A comparação dos actos dos homens é um processo classico, desde as *Vidas paralelas* de Plutarco; e sua ex.^a o ex-marechal do exercito universitário, aceitando a incumbencia, trouxe-nos á memoria um caso que se passou, há meses, com um marechal propriamente dito, nem mais nem menos que o nosso inimigo Hindemburgo. Foi o caso que os estudantes de uma escola austriaca lhe dirigiram uma mensagem, com as admirações e congratulações respectivas, a que Hindemburgo respondeu assim:

«Peço-vos que não penseis em mim agora, mas nas vossas lições. Cuidai vós nos vossos estudos, que eu cá cuidarei nos inimigos.»

¿Que diria ele se os estudantes se houvessem interessado, não na guerra com o inimigo externo, mas na luta civil das clientelas?

Segundo os jornais, o sr. Almeida Lima declarou na conferencia que ia resolver *scientificamente* certos problemas de moral, e deu como principio moral básico o seguinte: fazê aos outros o que gostas que te façam. Caso de má interpretação dos periodicos, não haja dúvida. Porque sendo certo que os problemas da moral não comportam solução scientifica, se sua ex.^a dissesse aquilo, de duas uma: ou não ficaria em paz com a sua consciencia, — ou gosta que lhe inculquem noções erradas, e porisso, fiel aos principios, as inculcou aos outros. Os reporters são ás vezes mais traidores que os tradutores, — e era só o que faltava, para tudo no incidente ser lamentavel. — A. S.

Por um programa de ressurgimento nacional. — No programa desta revista escrevemos nós: «Fazer surgir da Nação uma idea bastante nitida do problema nacional; determinar segundo essa idea um plano coerente de reformas, fóra de toda a preocupação de politica partidária... substituir ás ideologias vagas, essencialmente partidárias e essencialmente dissolventes, a consideração das reformas concretas necessárias ao país, — reformas que não sejam parciais e desconexas, mas *coordenadas num plano de conjunto* sôbre as necessidades reais da GREI.»

Ora, tivemos há pouco o gôsto de nos vermos acompanhados nesta prêgação (*parcialmente* acompanhados) pelo distinto cronista financeiro do *Diario de Noticias*, que se exprime por esta forma:

«O tempo vai passando e com o tempo, a oportunidade, a ultima oportunidade talvez do resurgimento integral da Patria... Daí a nossa insistencia.

Porque não se elabora, com efeito, *um plano geral* de realizações — das urgentes realizações destinadas a intensificar a produtividade das nossas riquezas? Porque não se diz ao País em que consistem as mais indispensaveis providencias destinadas a esse efeito, desdobradas por especies, classificadas por intuitos, *coordenadas entre si*, orçamentadas no seu custo, delineadas nos seus efeitos imediatos e longinquos, indirectos e directos, economicos e financeiros? Quais são as providencias, ligadas entre si, que melhor asseguram uma rapida, coordenada, estrategica e progressiva valorização das nossas riquezas? Qual o seu custo? Quais os seus efeitos?

Uma vez traçado esse plano — o governo, com uma força de que nunca nenhum governo soube servir-se em Portugal, falaria com uma franqueza parecida com a de Lloyd George para dizer ao País, num discurso que não necessitaria de melhor retorica, quais os resultados do seu exame de conjunto e quais as precisas directrizes em que, *sob pena de tudo se perder*, é necessario integrar a governação publica.

Ha sintomas interessantes de que o dinheiro não faltaria para um grande emprestimo de fomento...»

Dissémos que o distinto cronista só parcialmente nos acompanha, porque s. ex.^a, ao que parece, reclama tudo do governo: realizações e plano; ao passo que nós, como os leitores sabem, temos reclamado sobretudo a acção das elites das varias classes. Essas elites, por enquanto, dormem. ¿ Quando, e de que maneira, virão elas a acordar?

*

Bibliografia. — *Leivas da minha terra*, por Ezequiel de Campos, 1918, Porto, Renascença Portuguesa, 246 pag.; *Novos metodos de cultura*, por J. Pequito Rebelo, 1917, Lisboa, A Editora, Lim.^a, 209 pag.

O facto de o sr. Ezequiel de Campos ser nosso companheiro nesta campanha *pela grei* não nos deve impedir de dizer que julgamos as *Leivas da minha terra* uma das obras mais uteis, mais fecundas, mais valiosas, das que foram tentadas até hoje a bem da economia nacional.

O autor procedeu por metodo experimental, seguro e pratico. O que nos dá é o resultado das suas experiencias; e essas experiencias executou-as de maneira que o seu aproveitamento pelos agricultores fosse o mais fácil e cómodo possível, tomando como principio as seguintes palavras de um tratadista: «aperfeiçoi os metodos do vosso distrito, e nunca os mudeis completamente emquanto ao essencial, sem ter antes feito muitas experiencias.» As do sr. Ezequiel de Campos tiveram por objecto estudar as possibilidades agricolas do *Noroeste* e do *Alemtejo*, bem como a adaptação da gente do *Noroeste* á cultura alemtejana.

Pelo que respeita á primeira parte, o sr. Ezequiel de Campos conclue animadoramente que há possibilidade de fazer o abastecimento regional, até á superabundancia, de cereais panificaveis, só com a terra hoje aravel do *Noroeste*, e uma grande criação e engorda pecuária, além de uma indústria de laticínios prospera; e, pelo que respeita á segunda, que o *Alemtejo* pode produzir tudo aquilo que hoje nos falta, e deve até proporcionar a possibilidade de uma exportação muito grande de numerosos artigos que quasi sempre nos teem faltado. Para que tivessemos garantido o nosso abastecimento de cereais panificaveis, de carne e de lãs, dever-se-ia no *Alemtejo* (e restante solo de feitio alemtejano) cultivar tambem o milho, e no *Noroeste*, tambem o trigo, além de se manterem nessas regiões as culturas que nelas se usam como predominantes. A dificuldade em tornar o nosso país real e verdadeiramente agricola não está no clima, nem na terra: está no homem e no arranjo agrário.

Os factores immediatos do aperfeiçoamento economico da nossa lavoura do *Noroeste* resumem-se nestes: a) adopção de um *afolhamento* que utilize melhor as condições agro-climatericas da região; b) emprego de instrumentos e de processos agricolas mais rendosos, *modificando-se sobretudo o processo de sachar, pela adopção de maquinaria de tracção animal em vez da enchada*;¹ c) prática da sementeira sistematica de ervas para descanso invernal da terra, e emprego do silo; d) aumento da quantidade de gado; e) melhor adubação pelo estrume do curral melhorado por meio da impermeabilização generalizada das córtes e das montureiras, e pelo aproveitamento de todos os dejectos e detritos organicos, completado pelos adubos quimicos que forem indispensaveis; utilização maxima das leguminosas pratenses e dos restos das ervagens.

Para as terras de regadio o autor propõe o *afolhamento trigo e milho restivo* • *erva, milho temporão*; e para as de sequeiro, o *afolhamento erva, milho* • *trigo* (ou *centeio*, ou *cevada*, ou *aveia*) • *nabal e erva* (ou só *erva*), *milho*, com as variantes da *batata* ou *feijão* em vez de *milho*, e um trecho intercalado de *linho*.

Nas experiencias feitas no *Noroeste* não houve emprego de nenhum

¹ Nota com razão o autor: «enquanto os outros povos sacham milho com maquinaria vulgar de tracção animal, a 4, 6, 8 e mais hectares por dia e por homem, nós sachamos á razão de 0,06 hectare, ou pouco mais por dia: *cem vezes menos por pessoa*.»

tratamento especial; nem lavouras, nem cavas, nem sachas, nem regas, nem adubações, nem enxugos, nem cuidados com as sementes, nem abrigos, nem extirpação de ervas daninhas; usou-se a ferramenta regional em todos os trabalhos, segundo os hábitos regionais. O unico factor que variou foi o *afolhamento*: tornou-se persistente e sistematica a rotação das colheitas, e semeou-se trigo em terra considerada muito fraca para tal, reagindo-se desta fórma contra a monocultura tradicional do milho. Segundo o autor, é muito provavel que a simples mudança de rotina e a generalização da cultura do trigo segundo os afolhamentos propostos quadruplique, pelo menos, a produção do trigo, sem reduzir sensivelmente a do milho. Aproveitando-se para o mesmo fim a terça parte das terras empregadas em culturas arvenses e horticolas nos distritos de Viana, Braga, Porto, Aveiro e Coimbra, pode-se admitir que haveria neles o trigo necessario para a população, e ainda um *superavit* de *mais de 30:000 toneladas*. Quanto ao milho, fornecê-lo-hia o Alemtejo.

Pelo que respeita a esta ultima região, um dos problemas primarios a resolver consiste em determinar as condições economicas da possibilidade da cultura e de uma colheita *anual* de *toda* a terra, eliminando o pousio. Assim se multiplicaria por dois, por três, por seis... a produção actual. Nas terras mais pobres poder-se-ia empregar com vantagem o seguinte afolhamento: *milho * trigo * herva*; e nas terras melhores (terras de ribeira ou de varzea) o afolhamento: *erva, milho * trigo*. Estes afolhamentos permitiriam *colher milho em vez de deixar o alqueive nú*, e obter uma quantidade grande de ervagem e de feno; e contribuiriam para melhorar o estado fisico-biologico da terra e a sua fertilidade. O milho poderia ser, conforme as circumstancias, substituido pela batata, pelo grão de bico, pela fava...; o trigo pelo centeio, pela cevada, pela aveia... Para encaminhar com segurança a agricultura alemtejana cumpre reunir resultados seguros de experiencias feitas segundo um programa que mostrasse os melhores processos de cada colheita, conforme as regiões, e a melhor sequencia delas no terreno, para se colher das circumstancias locais o melhor proveito.

O autor calcula que com as culturas propostas ficaria toda a nossa gente da Iberia abastecida, e sobrariam mais de 50.000 toneladas de milho no Alemtejo, as quais transformaríamos em suinos, vendendo os que nos sobrassem á Europa industrial.

Este rapidissimo resumo de algumas das conclusões das *Leivas da minha terra* não pode dar idea da riqueza de dados e de sugestões que no livro se acumulam. E' obra para ser lida, não só pelos agronomos e lavradores, mas tambem por todos os homens que podem ter no país qualquer influencia social, por todos os que deveriam ser dirigentes, por todos aqueles a quem cumpria tomar, nesta hora decisiva, consciencia do problema nacional e intervir na solução da crise,— individuos entre os quais incluiremos (além da elite industrial, comercial e agricola) os escritores, os professores e os sacerdotes. — A. S.

Que se prepara 2.^a edição da obra do sr. Pequito Rebello, *Novos Métodos de Cultura*: e por isso duas palavras de comentario para a textura do novo trabalho. Não á introdução, em que o autor se referiu á lei dos trigos, sem lhe tirar a resultante dos lucros e dos prejuizos nacionaes, por vir desajudada de medidas de fomento, fiscal exclusivamente

como foi: «é certo que á influição do principio, succede agora o descredito de tal cultura e a geral desanimação.» E logo regista o aumento da importação de trigo de 1909 a 1914 e 1915. «Vemos proprietarios levados a darem de quinto a sua terra, fartos de decepções e de prejuizos.»... «Esta tendencia depressiva é geral, e não é senão transitoriamente contrariada por causas accidentaes de melhoria de que o lavrador pode socorrer-se em outros ramos agricolas»...

Fez o balanço muito ligeiro da vantagem para o lavrador, e chegou á conclusão de que «a falencia da monocultura do trigo, desenvolvida pela lei dos cereaes, não é tão grande, como a dizem»: porque não atendeu, nem de leve, ás contas sociaes, nacionaes: — e é d'estas que, no final, se deve tratar, e não só das contas do agricultor. Se tal balanço fizesse, acharia que as leis proteccionistas do cereal foram, e continuám a ser, uma falencia política, social. — Ainda bem que ele remata: «Isto não representa o exito da obra de Fomento apprehendida, mas sómente um mediocre resultado, uma instavel situação, de que cumpre sair-se para melhor caminho, sob pena de se enveredar para a ruina definitiva. E esta annuncia a sua virtualidade, direi mais, a sua iminencia, por abundantes sintomas» (pag. 13).

D'entre as causas de «agravamento da situação da lavoura,» apesar da protecção da tabela alta dos trigos, sobresahe, para o autor, o atraso dos processos de cultura: e lançou o livro a prègar alto o metodo integral, em synchronismo com Devaux na vulgarisação.

Não cabe aqui a apreciação das causas do estacionamento do lucro da lavoura do Sul (se não tivesse vindo a anormalidade da guerra) e dos maleficios sociaes da sua cronica organização do trabalho, como fundamento para mostrar que não é por simples metodos de cultivo que se pode influenciar de vez a utilização da terra de feitio alemtejano.

Estas linhas servem apenas para chamar a atenção do sr. Pequito Rebello e dos que se interessam pela lavoura do Alemtejo, para o estudo cuidadoso dos afolhamentos, da economia equilibrada e racional da herdade nas suas condições normaes de cada *logar*, e tambem para o estudo do delicado problema do trabalho (cooperação do proprietario com o trabalhador) e da ferramenta da lavoura.

Convicto de que é uma questão primaria o modo de utilizar a luz solar pelas culturas em successão (o que impõe o feitio da economia da lavoura, economia dependente sobretudo do *logar* e da organização do trabalho), parece-me que o livro *Novos Métodos de Cultura* havia de influir muito mais no aperfeiçoamento da lavoura alemtejana, se tivesse um capitulo acerca do afolhamento, com as respectivas distribuições do trabalho pelo ano fóra (afolhamentos tendentes ao minimo de trabalhadores eventuaes), para dois ou tres tipos de exploração de herdades, e tambem se o capitulo VIII — *A Utensilagem do Metodo Integral* — trouxesse indicações de ferramenta de trabalho *rendoso* para a applicação lucrativa na herdade, pois é necessario encarar o problema por este lado, certo como é que a enxada e restante ferramenta dos nossos vagares é um dos estorvos maiores ao nosso progresso agricola, primaria causa da nossa miseria. — E. C.